



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de maio de 2024 - Ata n.º 45.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Denian Couto** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **45.^ª Sessão Ordinária da 2.^ª Sessão Legislativa da 20.^ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da sessão anterior.

SR.^ª 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 44.^ª Sessão Ordinária, de 21 de maio de 2024). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Denian se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Denian Couto – PODE): Há sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)



Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 40/2024** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 355/2024**, em atendimento ao Ofício n.º 1096/2024, autorizando a realização da Audiência Pública referente à apresentação formal do relatório detalhado do quadrimestre anterior – RDQA – 1.º quadrimestre de 2024, da Secretaria de Estado da Saúde, na sala de Comissão, 3.º andar desta Casa Legislativa, no dia 11 de junho de 2024, às 9 horas; **Ofício n.º 365/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.º 13/2023, que foi convertido na Lei Complementar n.º 267; **Ofício n.º 368/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 369/2019, que foi convertido na Lei n.º 21.982; **Ofício n.º 371/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 1009/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.987; **Ofício n.º 372/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 613/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.988; **Ofício n.º 373/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 452/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.990; **Ofício n.º 374/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 254/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.991; **Ofício n.º 375/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 204/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.986; **Ofício n.º 376/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 277/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.989; **Ofício n.º 377/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 911/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.985; **Ofício n.º 378/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 516/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.984; **Ofício n.º 380/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 200/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.983; **Ofício n.º 385/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 302/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.992; **Ofício n.º 386/2024** do Gabinete do Governador,



comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.º 7/2024, que foi convertido na Lei n.º 268; **Ofício n.º 1083/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável a Requerimento do Deputado Soldado Adriano José; **Ofício n.º 1085/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento do Deputado Luis Corti.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 34/2024 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 343/2024**), que aprova crédito adicional especial alterando o vigente orçamento fiscal do Estado; **Mensagem n.º 35/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 344/2024**) que altera Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o Regime Jurídico dos funcionários Civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; **Mensagem n.º 36/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 345/2024**) que institui o Programa Parceiro da Escola; **Mensagem n.º 37/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 346/2024**) que altera a Lei n.º 20.936, de 17 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a criação da taxa de fiscalização e serviços no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná e seu tratamento tributário.

São esses os ofícios, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Grande Expediente de hoje, por proposição da Deputada Márcia Huçulak, será destinado para ouvirmos a Prof.^a Dr.^a Laura Christina Macedo, Coordenadora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná. A Prof.^a Laura falará sobre os 50 anos do Curso de Enfermagem da Universidade. Anunciamos a presença e já agradecemos da Prof.^a Graciela Bolzón de Muniz, Vice-Reitora; Prof.^{..} Dr. Nelson Luís Barbosa



Rebelatto, Diretor do Setor de Ciências da Saúde; Prof. Edison Luiz Almeida Tissot, Vice-Diretor do Setor de Ciências da Saúde; Dr.^a Claudete Reggiani, Superintendência do Complexo do Hospital de Clínicas; Prof.^a Dr.^a Nen Nalú Alves das Mercês, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem; Prof.^a Dr.^a Karina Silveira de Almeida Hammerschmidt, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Prática do Cuidado em Saúde; Prof.^a Dr.^a Karla Crozeta Figueiredo, Chefe de Departamento de Enfermagem; Prof.^a Dr.^a Verônica de Azevedo Mazza, Vice-Chefe de Departamento de Enfermagem; Prof.^a Dr.^a Fernanda Moura D'Almeida Miranda, Vice-Coordenadora dos Cursos de Enfermagem; Prof.^a Thays Regina Furman, Presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem; Prof.^a Dr.^a Kariane Gomes Cezario Roscoche; Prof.^a Dr.^a Lívia Cozer Montenegro; Sr.^a Josi Fernandes Dourado, Técnica Administrativa; Sr. Paulo Gustavo Machado, Técnico Administrativo; Sr.^a Laura Belgold, Membro da Comissão Organizadora; Prof.^a Dr.^a Lilian Deise Gonçalves Rolf; Prof.^a Dr.^a Elaine Drehmer de Almeida Cruz; e Prof.^a Dr.^a Luciana Schleider Gonçalves. Sejam todos bem-vindos, ao tempo em que concedo a palavra a Deputada Márcia Huçulak, para saudação as suas convidadas e convidados.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa; cumprimento as Deputadas e Deputados desta Casa, todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais e pela *TV Assembleia*, neste momento que muito me orgulha e muito engrandece essa Casa. Hoje propus este Grande Expediente em homenagem aos 50 anos da criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, na pessoa da nossa Vice-Reitora, minha querida e dileta amiga Graciela Bolzón de Muniz, que aqui representa o nosso Reitor da Universidade Federal do Paraná. Nesta data, exatamente hoje, dia 27 de maio de 1974, foi criado o Curso de Enfermagem na Universidade Federal do Paraná, motivo desta homenagem. A motivação da criação do curso se deu a partir da necessidade em formar profissionais para atuarem no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, que abriu as suas portas em 1961, e tinha estabelecido no seu Regimento que a chefia de enfermagem deveria ser,



obrigatoriamente, exercida por um profissional enfermeiro ou enfermeira. Nos 50 anos de existência formaram-se quase 1.700 profissionais, que atuam nas diversas áreas no nosso Estado, em nosso País e até fora dele. Assistência, na gerência, gestão de sistemas de saúde, enfermeiras e enfermeiros empreendendo e no ensino e na pesquisa, que aqui vocês representam pelos vários professores e professoras, doutores, que temos na nossa querida Universidade Federal do Paraná. Certamente, cada vez mais os profissionais enfermeiros e enfermeiras são imprescindíveis ao cuidado das pessoas. Somos a profissão do passado da nossa querida Florence Nightingale e da Ana Néri, do presente nós e do futuro. Somos profissionais da ciência, a ciência do cuidado nos cabe. Estamos no topo da lista das profissões que, além de necessárias, são imprescindíveis à vida. Estamos presentes em todas as áreas da atenção à saúde, da gestão e gerência de sistemas de saúde pública e privada, no empreendedorismo, no ensino, na pesquisa. São os profissionais enfermeiros e enfermeiras que estabelecem os protocolos – pouca gente sabe disso –, que garantem a qualidade da assistência prestada em todos os serviços de saúde. Sem nós não há qualidade da assistência; sem enfermagem não há cuidado, e a boa formação profissional muda e transforma a vida das pessoas. Parabéns a todos os professores, à direção, aos coordenadores aqui já nominados, e todos aqueles que prezam por uma formação profissional de qualidade para o nosso País. Termino com a famosa frase da nossa precursora, Florence Nightingale, enfermeira que fundou em 1860, em Londres, a primeira escola de enfermagem e estabeleceu as bases científicas da nossa profissão: *“Existe cuidado sem cura, mas não existe cura sem cuidado”*. Viva a enfermagem! Viva a Universidade Federal do Paraná! Vida longa e muito sucesso a toda a nossa Universidade. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Concedo a palavra à Prof.^a Dr.^a Laura Christina Macedo.

SR.^a LAURA CHRISTINA MACEDO: Boa tarde a todas e todos. Cumprimentando o Presidente da Mesa, Ademar Traiano, cumprimento a todos os Deputados e



Deputadas desta Casa Legislativa, que nos recebe e nos homenageia. Cumprimentando a Prof.^a Graciela cumprimento a todos os professores, professoras, técnicos e técnicas administrativas, e discentes da Universidade Federal do Paraná. Falar nesta tribuna em nome da enfermagem da UFPR, a partir da oportunidade que nos foi dada aqui pela Deputada Márcia Huçulak, em meio às festividades do Jubileu de Ouro do curso, me enche de alegria. Enquanto coordenadora do curso agradeço este reconhecimento, não só em nome do atual corpo docente, do corpo discente, do corpo técnico administrativo educacional, mas também agradeço em nome de todas as professoras e professores que ajudaram a construir o nosso curso e que já se aposentaram, e também em nome de todos os egressos e egressas desse curso. Gostaria de compartilhar com vocês, de maneira sucinta, um pouco da história do curso. Desde 1931, antes da criação deste curso de enfermagem na UFPR, existia um outro curso, que era enfermagem obstétrica ligado à Faculdade de Medicina local, cuja duração era de dois anos e conferia um título de enfermeira obstétrica. A primeira turma foi composta de nove alunas e a última turma se formou em 1951. Esse curso tinha 118 alunas, formou 118 alunas, e foi extinto com a intenção de se criar um curso de enfermeira de alto padrão, o que aconteceu só 25 anos depois. A proposta de criação desse novo curso de enfermagem foi encaminhada ao Conselho Setorial do setor Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. Em 29 de novembro de 1973 foi autorizada a criação e a implantação do curso, foi encaminhada em 1973 e a autorização da criação e implantação do curso aconteceu na Resolução n.^o 0474, de 27 de maio de 1974. Por isso que nós estamos aqui hoje comemorando essa data, como a Deputada Márcia já comentou. O primeiro vestibular foi em 1975, onde foram selecionadas 40 candidatas, e o reconhecimento do curso se deu em 1979 com a formação da primeira turma. A primeira grade curricular tinha 3 mil 750 horas. Atualmente, temos 328 estudantes matriculados entre o primeiro e o décimo período. A grade curricular tem 4 mil e 100 horas e já formamos 1.677 enfermeiras e enfermeiros, que são trabalhadores atuando nos mais diversos serviços de saúde, que



contribuem para manter em pé o maior sistema de saúde do mundo, o SUS. Com a globalização também alcaram vôos por países como Canadá, Estados Unidos, Portugal, Alemanha, Itália, levando o conhecimento construído aqui, compartilhando e disseminando, aplicando pelo mundo. Para que nossos egressos estejam aptos a cuidar das pessoas, das famílias, das comunidades, assumir o gerenciamento, tanto das equipes de enfermagem quanto de serviços de saúde, atuar como agente de transformação social pela promoção do autocuidado, da melhoria dos hábitos de vida, impactando na saúde individual e coletiva da comunidade, para desenvolver investigação de cunho científico, empírico, experimental, reconhecer-se como um cidadão profissional que pertence à categoria dos profissionais de saúde, que integra uma equipe atuando como agente de mudança de princípios éticos e políticos, contamos atualmente com 66 professoras e professores, alocados em 17 departamentos das mais diversas áreas de conhecimento da UFPR, todos igualmente importantes na qualificação profissional. Entretanto, destaco aqui o papel do Departamento de Enfermagem, que oferece as disciplinas de conhecimento específico, especialmente ao que tange ao bloco profissionalizante e aos estágios. No momento do Jubileu de Ouro, este importante departamento conta com apenas 33 docentes efetivos e dois substitutos, que assumem todas as demandas de graduação, pós-graduação stricto sensu, residência multiprofissionais e especializações. A partir da criação do curso de Graduação em Enfermagem da UFPR, a categoria de enfermagem no Estado do Paraná vem crescendo, se fortalecendo e desenvolvendo todo o seu potencial, tanto dentro quanto fora da Universidade Federal do Paraná. Considero que o curso de Graduação em Enfermagem foi uma semente plantada e cuidada com todo carinho, e em meio século vimos os ramos crescerem, florirem e frutificarem. Esses ramos são os programas de pós-graduação, mestrado e doutorado acadêmico, o programa de mestrado profissional e o nosso periódico científico, a Revista Cogitare Enfermagem. Nossos programas de pós-graduação capacitam o corpo docente dos demais cursos de enfermagem de Curitiba e do Estado. Nosso programa de mestrado profissional produz inovação tecnológica e



qualifica profissionais, tanto do Paraná quanto de outros Estados, hoje em Rondônia, por meio do convênio Capes/Cofen. Para continuarmos mantendo este padrão de qualidade por mais meio século é essencial que o Departamento de Enfermagem receba mais docentes, de forma que seja possível respeitar as 12 horas máximas dedicadas às atividades diretas de ensino, com grupos de não mais de cinco estudantes em aulas práticas, o que aumentaria consideravelmente o nosso potencial para a realização de pesquisa de extensão e reduziria o nosso adoecimento. Por esses e outros motivos estamos em greve. Com o apoio de grande parte da comunidade discente, estamos em greve, cobrando do Governo Federal melhoria das condições de trabalho e salariais. Estamos em greve pelo reconhecimento de todos os servidores públicos que trabalham com orgulho e dedicação para produzir e defender a educação pública, gratuita e de qualidade, trabalhadores que se dedicam a produzir ciência de ponta, voltada aos interesses da sociedade brasileira, e não uma ciência mercadológica. Servidores que, assim como servidores públicos municipais e estaduais, tantas vezes têm que defender a democracia brasileira atacada de forma velada ou aberta, seja nos espaços públicos ou nos espaços privados onde trabalhamos. Aproveito este espaço, também, para defender a reforçar a importância das 30 horas de trabalho da enfermagem, bem como a regulamentação de um piso salarial digno para a categoria, sem perdas relacionadas à carga horária de trabalho. A categoria saiu como heroína na pandemia e merece bem mais do que aplausos. Sim, somos heroínas. Somos na maioria mulheres; se considerarmos as categorias de técnicos de enfermagem, somos mulheres pardas que têm mais de um emprego para garantir as suas condições dignas de sobrevivência. Por fim, uso este espaço para agradecer às equipes de saúde do município de Curitiba, dos municípios parceiros da Região Metropolitana – de Piraquara, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais –, que sempre recebem os nossos estudantes de braços abertos. Também agradeço a toda a equipe, aos quase 4 mil trabalhadores do nosso irmão, o complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, que também fazem o maior esforço para receber e nos ajudar a formar os nossos futuros



enfermeiros e enfermeiras. Muitos daqueles e daquelas que foram estudantes no nosso curso hoje são enfermeiras e enfermeiros, que atuam nesses serviços e ensinam com seus exemplos as futuras gerações do nosso Curso de Enfermagem. Encerro agradecendo mais uma vez a oportunidade que me foi dada. Obrigada. Boa tarde. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Esta Casa de Leis agradece a presença da professora Dr.^a Laura Christina Macedo e de todas as nossas convidadas, reiterando que a nossa Casa Legislativa está sempre de portas abertas para que vocês possam estar aqui conosco. Neste momento, **suspendo a Sessão** para os cumprimentos e registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Reabertos os nossos trabalhos. Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Sr. Paulo Pissinini; do seu assessor, Paulo Pedron; e, da mesma forma, dos representantes da Força Sindical; a pedido do Deputado Romanelli. Sejam bem-vindos. Primeiro orador do dia, Deputado Renato Freitas, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde a todas e a todos. O que me traz hoje a esta tribuna é novamente mais uma denúncia escandalosa do Governador Ratinho Júnior, que, incapaz de administrar as escolas no Estado do Paraná, delega essa função constitucional do Estado para os seus comparsas, ou melhor, parceiros, pois este é o nome do Projeto que, a toque de caixa, desrespeitando inclusive o prazo regimental, será tratado hoje na CCJ, para ser votado amanhã, ao que tudo indica, *Parceiro da Escola*. Este Projeto visa retirar a segurança dos professores enquanto servidores públicos estatutários, para que os professores se tornem terceirizados por empresas que não querem a qualidade de ensino, muito pelo contrário, a empresa não quer criatividade, ela quer produtividade. E é essa a lógica que dará o tom das nossas escolas se fechamos os olhos e *engolirmos a seco*, mais uma vez, este ataque contra a educação. Em tempos onde as



mentiras, as *fake news* são capazes de eleger representantes do povo deputados como alguns, Arilson, que estão nesta Casa, que dia sim e dia também mentem daquela tribuna e são desmascarados em tempo real e, mesmo assim, gravam para a sua bolha na Internet, para que essa bolha legitime e dê votos, a mentira se tornou um bom negócio. Por isso a educação como vacina para a mentira, como vacina para que a população não padeça da ignorância. A educação virou inimiga do Estado no Governo Federal anterior e é hoje também inimiga do Governador Ratinho Júnior. Eu fui terceirizado. Sabe, Deputado Tito Barichello, diferente de muitos daqui desta Assembleia, tive uma carteira de trabalho, fui um trabalhador de fato, assim como o povo; e fui também terceirizado. Trabalhei em uma empresa que se chamava VS & VS, uma terceirizada da Ambev. Eu repunha mercadorias em uma gôndola de mercado. E o meu sonho àquela época era ser contratado diretamente pela Ambev, porque o vale-refeição era maior, porque o salário era maior, porque o respeito era maior. A empresa terceirizada serve única e exclusivamente para reduzir o custo do patrão na hora de mandar embora! Sempre foi assim. Pergunte aos garçons, pergunte à portaria, aos seguranças, aos atendentes de telefone aqui desta Casa terceirizados se não gostariam de serem efetivados nos quadros da Assembleia Legislativa do Paraná. A resposta seria unânime. Então, pergunto: Por que precarizar a condição do professor, deteriorar o ambiente escolar, sucatear o ensino e afetar sobretudo os estudantes? Por quê? Quem ganha com a ignorância e com a falta de ensino? Eu digo, ganham os serviços da mentira. Olha a tragédia do... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Olha a tragédia do Rio Grande do Sul. Quantas pessoas mentem para ganhar Ibope, visibilidade, prestígio. Cada estudante valerá para essas empresas R\$ 800,00, mas se elas forem boas e todos os estudantes passarem de ano receberão R\$ 100,00 a mais, R\$ 900,00 portanto. Será que essas empresas então não aprovarão todos os estudantes para receber aumento, mesmo que esses estudantes tenham um ensino



defasado? Ou será que essas empresas deixarão de lado o lucro e se importarão com o estudo dos jovens e das crianças do Estado do Paraná? Com o que a empresa estará preocupada? Com o lucro ou com um ensino público gratuito e de qualidade? A resposta, eu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Programa *Parceiro da Escola*, ou melhor, *Programa Escola S.A.*, sociedade com fins lucrativos. Uma contradição: uma escola pública gerida de forma administrativa por uma gestão privada. Processo esse nascido por aqueles que não conhecem o que é escola pública, sua função social, a sua finalidade e sua característica de longo prazo. Eu acreditava que o projeto era ruim, mas estava enganado. Hoje eu li o projeto todo. Ele é péssimo. O art. 3º dele começa dizendo e desmascarando o Governo: *O Programa Parceiro da Escola, por meio da execução indireta, poderá ser instituído em todas as instituições da rede estadual.* Ou seja, muito mais pode ser do que as 200 colocadas. Salvo algumas exceções, dentre elas a escola cívico-militar e a militar. Ora, Ratinho, se é tão bom assim por que você excluiu esses dois que você tanto defende? Porque você tem um viés literalmente ideológico e é contra a educação, o servidor público e contra um Estado forte e robusto. Teu lado é o Estado Mínimo. A mão do mercado atua no bolso do povo paranaense, mas, principalmente, na cabeça do Governador. É incrível que estejamos passando por isso. Um projeto que vem mais uma vez em regime de urgência, urgência que não é definida aqui nesta Casa qual é o seu caráter. Aliás, o Governo falou na semana passada que não teria regime de urgência, e eu quero aqui, Presidente Artagão, já registrar que a Oposição não aceita reunião da CCJ com menos de 24 horas, convocada para hoje à tarde, para discutir esse projeto. Nós já estamos protocolizando um pedido de cancelamento. Não vão, além de acabar com a educação, rasgar o Regimento desta Casa. Um outro ponto é que no art. 4º diz que é garantido os direitos dos servidores públicos do



quadro efetivo da Seed em atuação nas referidas unidades. Mentira! Vocês vão fazer isso como? Vocês vão acabar com o concurso. A medida que as pessoas se aposentarem, vem a contratação terceirizada. Mais do que isso: e o ParanáPrevidência? Vai falir. No momento que não entram mais pessoas, a previdência não tem mais contribuição e o servidor passará por momentos piores que os de hoje, sem a data-base. Art. 5.º: *Antes da celebração do contrato, a proposta passará por consulta pública.* Consulta pública feita, direcionada, como da escola cívico-militar, com abuso de autoridade, com pressão de direção escolar, onde tem agentes do Núcleo de Educação trabalhando para aprovar o que o Governo quer? Isso não é consulta pública. Isso é uma pressão particular sobre um ente público. É isso que estamos vendo aqui mais vezes. Art. 7.º: *Média de custo de referência observará a disponibilidade orçamentária.* Qual a média de custo que no projeto não tem sequer referência quanto custa isso? E se tem média de custo cadê o relatório de impacto orçamentário/financeiro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal? Ausente no projeto. Onde já se viu aprovar uma matéria aqui em urgência que nem sequer sabe o quanto vai custar? Art. 9.º: *O parceiro poderá utilizar as plataformas digitais contratadas pela Seed.* Nós contratamos, pagamos com dinheiro público e vamos dar de graça para iniciativa privada usar? Isso é festa? É festa porque já estava na cabeça do Governo plataformizar, contratar o setor privado para fornecer o software e, depois, para eles usarem sem pagar o processo. É isso que está aqui. O projeto sequer traz parâmetros para quantificar o preço disso e a evolução educacional. Como será pago? Se vai ter aumento, avanço no aprendizado? Não tem nada disso. E eu quero aqui garantir uma coisa para todo povo paranaense: o PT Nacional, o Partido dos Trabalhadores, caso aprovada esta aberração desta forma, vai entrar com uma ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade, e vamos acabar com a farra e a bagunça do Governo em colocar regime de urgência aqui nesta Casa. Não vamos aceitar isto calados, vamos lutar politicamente, mas juridicamente vamos fazer o que a consciência de muitos daquele Palácio não fazem.



SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quero ainda dizer que o Paraná elegeu de fato o terceirizador e nunca o Governador. A Compagas foi embora, privada; a Copel Telecom foi embora, privada; a Copel Energia Elétrica, privada; a Sanepar não foi privatizada na semana passada porque o Flávio Dino cancelou parte de um processo; os Portos do Paraná indo para iniciativa privada; as estradas do Paraná, iniciativa privada. Ou seja, é um Governo que faz do privado a privada do Brasil. Estamos, infelizmente, fadados a mão do mercado. A sede do Palácio do Iguacu nunca devia ser aqui com este Governador, tinha que ser na B3, na Bolsa de Valores, mas a educação até o fim lutaremos pelo povo paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os membros da Mesa, colegas Deputados, assessoria, imprensa, os estudantes que nos presenteiam nesta tarde com a presença. *Habemos* Senador, Deputada Cloara. Hoje precisamos falar aqui abertamente sobre o resultado da última terça-feira, mas, antes disso, quero recapitular o cenário. Há exatos dois anos, eu, o Senador Sergio Moro e o nosso grupo enfrentamos sozinhos forças políticas do Paraná e do Brasil. O Sergio Moro disputou uma eleição contra forças políticas, contra partidos históricos da nossa Nação, com o apoio de pouquíssimos prefeitos do Paraná. Lutou contra candidatos experientes da velha política. Tentaram derrubá-lo de todas maneiras, inclusive no *tapetão*. Não foi fácil, foi sofrido, foi difícil, mas ele teve o mais importante, que é o apoio dos paranaenses. Ele venceu as eleições de maneira limpa, honesta. Quase dois milhões de paranaenses concederam a ele o título de Senador da República. Dois milhões de parananenses clamaram por honestidade, um futuro melhor e mais transparência, mas aqueles acostumados com a velha política, com o medo da atuação ilibada do Senador Sergio Moro na política, mal esperaram a



diplomação, açãoaram seus advogados para entrarem com ações tentando cassar o Senador e desrespeitando a vontade popular dos quase dois milhões de paranaenses que foram às urnas. O desrespeito foi tamanho a ponto de vermos aqui nesta Casa, onde deveríamos dar o exemplo, pessoas intitulando candidatos e até mesmo senadores. Piadas de mau gosto, entrevistas afirmando que já estavam prontos para assumir a vaga que seria deixada pelo Senador Sergio Moro. Outros, mais distraídos, chamando alguns aqui e acolá de “Meu Senador”. Observei, senti vergonha de presenciar cenas como essas, mas manter o bom senso sempre foi a melhor das decisões que me pautaram aqui. E, hoje, igualmente entrei neste plenário e me perguntei: *Será que aqueles que desfilavam aqui pelos corredores da Assembleia, por este Plenário, não estão sentindo vergonha?* Não sei, mas também não me importa. O que me importa é a tranquilidade que o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral, que foi técnico, independente, correto, fez na última terça-feira. Mexeu com os ânimos de muita gente. É verdade. Ah, como mexeu! E é impressionante como em questão de minutos telefones começaram a tocar, mensagens de apoio antes esquecidas vieram de todos os lados. No mínimo curioso, meu amigo Artagão. Os boatos sobre a cassação do Senador Sergio Moro foram exagerados, potencializados, porém, o TRE, Deputado Alexandre Curi, juntamente com o TSE, honraram os paranaenses e rejeitaram as acusações falsas, mentirosas que foram feitas buscando o vergonhoso *golpe do tapetão*. Bem lembrou o Senador Sergio Moro: quando ele era juiz diziam que era impossível combater a grande corrupção e acabar com a impunidade neste País, e então nasceu a Lava Jato. Um produto, sim, das instituições brasileiras, mas durante quatro anos a lei foi aplicada no País, mesmo frente às pessoas poderosas. Diziam que era impossível, Deputado Tito, mas ele fez. Depois, como Ministro da Justiça, também diziam que era impossível combater o crime organizado, diminuir a criminalidade. Falavam que se isolassem lideranças do crime organizado iriam fazer com que o País *ficasse de pernas para o ar*. Pois bem, essas e outras políticas adotadas pelo Senador Sergio Moro fizeram com que no ano de 2019, quando era Ministro da Justiça,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

tivéssemos a maior queda percentual de criminalidade neste País e os assassinatos caíram 22%. Um número recorde se comparado com anos anteriores. Em 2022, Moro lançou a sua candidatura ao Senado e causou alvoroço no cenário político, quebrando tradições. Muita gente dizia que era impossível ser um candidato independente. Ele fez. Nós fizemos. Rodamos o Paraná dentro de carro, fazendo chuva ou sol, mais chuva do que sol, conversando com os paranaenses... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PSD): Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): ... conversando com os paranaenses, com as pessoas que não tinham voz. Nós levamos a eles a esperança. Com uma equipe reduzida, embora tenham tentado plantar números absurdos, exagerados, na maioria das vezes, dentro, como eu disse aqui, de um carro, de um automóvel rodando este Estado. O resultado que tivemos, na última terça-feira, é uma resposta à má conduta da oposição. Um jogo sujo que não vamos admitir. Sergio Moro é o nosso Senador da República e vai continuar sendo. A tentativa de trapaça e de quem desejou derrubá-lo não deu certo. Aliás, a defesa sem argumentos foi uma vergonha. Falo por dois milhões de paranaenses: estamos cansados do jogo sujo da política. Chega de narrativas esquizofrênicas, infundadas, meus caros. Chega! Vamos todos trabalhar e honrar os votos com compromisso que assumimos com a nossa população paranaense. Sergio Moro é quem mais tem feito pelo nosso Estado no Senado Federal e isso não há como contestar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PSD): Para concluir.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Trinta segundos. Mesmo em meio a tanto tumulto que fizeram os nossos adversários para tentar instaurar o caos na política, o que ele tem feito é trabalhar pelo Paraná andando, levando, realmente, a palavra e a mão amiga do Senado Federal por municípios que, inclusive, por muito tempo não tiveram a presença... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Conclua, por gentileza, Deputado Guerra. (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Os estudantes deveriam ter educação aqui nesta Casa de Leis. São recebidos com muito carinho, com muita atenção aqui. Escutem. Escutem. Temos dois ouvidos e uma boca. Escutem! (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Silêncio, por gentileza.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Não posso admitir, Sr. Presidente. Não vou admitir que esses estudantes façam isso com o Parlamentar aqui na tribuna. Respeitem este Parlamento. Vocês, respeitem o Parlamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Esta Presidência solicita o respeito dos visitantes para com o Parlamentar. São bem recebidos, mas, por gentileza, respeitem o Parlamentar. Ele tem direito ao uso da tribuna. Esta Casa lhes acolhe com toda educação e pedimos que se portem da mesma forma. Agradeço. Obrigado. Para concluir, Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, era isso. Vou encerrar a minha fala aqui diante do tamanho desaforo feito por V.S.^{as} que aqui se fazem presentes. Respeitem este Parlamento. Tenham educação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): A pedido do Deputado Luís Corti, registramos a presença do Vereador de Pato Branco, Sr. Dirceu Boaretto. Senhores visitantes, por gentileza, vamos manter a ordem. Vocês podem se manifestar em horário oportuno. Deixem os Parlamentares usarem da tribuna, e assim continuamos podendo conduzir a Sessão de forma a preservar os interesses e os direitos de todos. Próximo orador inscrito, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar inicialmente o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício, o Líder da Oposição, o Líder do Governo, os Sr.^s Deputados, caros



Pares, senhores jornalistas e cidadãos que me assistem através da TV *Assembleia*. Utilizo a palavra hoje para homenagear o 3.º Sargento Itamar Ferreira, que se encontra aqui a minha esquerda, com o título de Menção Honrosa pelo trabalho excepcional realizado na Polícia Militar do Estado do Paraná. São 28 anos de dedicação no Batalhão de RONE, na Força Nacional, no 13.º Batalhão da Polícia Militar, atuando efetivamente na região do Sítio Cercado e Osternack, e atualmente lotado na Casa Militar. Parabéns, Sargento Itamar Ferreira. A sociedade paranaense agradece pelos seus serviços. Receba esta simples Menção Honrosa, que é pouco perto do muito que você fez pela sociedade paranaense. Muito obrigado. Senhores, na segunda parte da minha fala de hoje, peço apoio ao Projeto de Lei que apresentei na última Sessão, que diz respeito a um conjunto de medidas para proteger nossas crianças em caso de tragédias, como aquela acontecida no Estado do Rio Grande do Sul. Todos estamos acompanhando o desfecho do que ocorreu lá e todos têm muitas ideias do que poderia ter sido feito para evitar tamanha tragédia. Até dados de abuso de crianças em abrigos estão sendo trazidos à tona, infelizmente. Obviamente que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul vai apurar os fatos e vai imputar à conduta criminosa àqueles que praticarem a conduta típica, antijurídica, culpável e punível. No entanto, isso não basta, porque trabalhei no Nucria – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, conheço os problemas psicológicos que se materializam quando acontece um abuso contra uma criança. Dessa forma, propus um Projeto de Lei que estabelece que, em caso de situações catastróficas, tragédias reconhecidas pelo Estado do Paraná, todo abrigo deverá ter, primeiramente, um representante do Conselho Tutelar. Por quê? Porque o Conselheiro Tutelar ou um representante do Conselho Tutelar tem condições de apurar, verificar o que está acontecendo, Deputada Cloara, e chamar rapidamente autoridades públicas quando crimes ali estiverem ocorrendo. Obviamente que seria melhor um delegado, um investigador ou um policial, mas nem sempre eles estão à disposição. Então, nada melhor que, obrigatoriamente, ter em todo abrigo um representante do Conselho Tutelar ou alguém nomeado pelo Conselho Tutelar



para fiscalizar, para verificar se nenhum abuso está ocorrendo. Não é para alimentar, não é para limpar, é para fiscalizar, primeiramente. Segundo – e sei que é uma medida mais difícil a segunda medida –, é o atendimento por profissionais qualificados em caso de tragédia declarada pelo Estado do Paraná: por médicos, psicólogos e assistentes sociais. Terceiro é uma atividade de capacitação, campanhas de promoção e capacitação desses profissionais para o enfrentamento, caso tragédias similares como essa ocorram no Estado do Paraná, porque não adianta *chorar o leite derramado* depois. Todos podem hoje dar opinião do que pode ou não pode ser feito, o que poderia ter sido feito no Rio Grande do Sul, mas precisamos antever nossas condutas com base em experiências ruins ocorridas no passado, em outros locais. Então sabemos dos fatos ocorridos. O que poderemos fazer aqui para evitar consequências além da questão da prevenção contra chuva? Podemos, sim, em todo o abrigo ter um representante do Conselho Tutelar, ter profissionais treinados e realizar, com antecedência, campanhas de capacitação, para evitar um dos males que advém da situação trágica no Rio Grande do Sul, que é o de crianças abusadas. Nós, a Assembleia Legislativa, aprovando esta lei que apresentei na última Sessão, faremos a nossa parte, com ações concretas, que espero que jamais precisem ser utilizadas em caso de decretação de calamidade pública pelo Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Deputado Artagão de Mattos Leão Junior, Sr.^os Membros da Mesa Executiva, Sr.^os e Sr.^{as} Parlamentares; amigos que nos prestigiam nesta Sessão Ordinária, sejam muito bem-vindos; funcionários da Casa. Subo à tribuna nesta segunda-feira sobre dois importantes assuntos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e parabenizar o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado e Segurança Pública, na pessoa do Secretário Cel. Hudson Teixeira, pelo acatamento da nossa sugestão



parlamentar aprovada por esta Casa, através do Requerimento n.º 144/2024, de 08 de fevereiro, através do qual encaminhamos o pedido para que o Estado do Paraná pudesse, senhoras e senhores, formalizar a adesão ao Programa Alerta Amber. Uma iniciativa do Ministério da Justiça e a empresa Meta que gerencia as redes sociais, *Facebook* e *Instagram*. Para aqueles que não conhecem, o Alerta Amber emite um sinal de alerta aos usuários com informações a respeito de pessoas desaparecidas e uma foto, em um raio de 160 km de distância do local do boletim de ocorrência, com o registro do desaparecimento ou sequestro de crianças e adolescentes que tenham menos de 18 anos e que estejam em risco iminente, segundo a avaliação das autoridades. Estamos na vanguarda porque o Paraná é um dos primeiros Estados a aderir ao Alerta, justamente na semana em que celebramos o *Dia Internacional das Crianças Desaparecidas*, ocorrido nesse último sábado, dia 25. Para aqueles que não conhecem, o dia 25 de maio é lembrado todos os anos como o *Dia Internacional das Crianças Desaparecidas*. Também gostaria de trazer à discussão e um pedido aos Sr.º Parlamentares, parabenizando esta Casa e todos os Parlamentares pela aprovação, na semana passada, do Fundo Humanitário que será destinado a recuperar, a ajudar, a diminuir o sofrimento dos nossos irmãos gaúchos. Este parlamentar no ano de 2019, senhoras e senhores, por indicação, por uma dica que um grande amigo meu, o ex-prefeito Ângelo Andreatta Lara, de Quatro Barras, nos deu, que acabou, Deputado Hussein Bakri, apresentando uma emenda à Constituição Estadual que foi aprovada e é a PEC n.º 46/2019, onde em caso de desastres naturais e humanitários, dentro do mesmo campo geoeconômico, os municípios podem fazer uma cessão não onerosa de bens, ou seja, ele pode emprestar maquinário caso aquele município tenha decretado estado de calamidade, sem poder sofrer qualquer tipo de sanção, principalmente do Tribunal de Contas. E isso tem sido usado quando, após esta emenda constitucional ser aprovada, em alguns casos, e tem ajudado a desburocratizar o sistema. Nesta mesma linha, após, Deputado Renato Freitas, o desastre ocorrido no Rio Grande do Sul, acabamos conversando com nossa assessoria e, na mesma forma, apresentamos uma Proposta de



Emenda à Constituição chamada *PEC da Solidariedade* – logicamente são necessárias 18 assinaturas, mas acredito que por ser algo que avança, que não prejudica, muito pelo contrário ajuda à eficiência, a acelerar naquele momento mais difícil. Gostaríamos que, em sendo aprovada, o Estado do Paraná, através do seu Governo, da administração direta e indireta, poderá ceder, da mesma forma, a cessão onerosa de bens para outro Estado, outro Ente da Federação. E, também, algum outro município, caso não seja algo em nível estadual e, sim, mais local. Para isso avançar, para que isso efetivamente saia da sensibilidade que nossa assessoria teve, trazendo, formalizando essa PEC, precisamos da assinatura dos Parlamentares. E é por esse motivo que subo à tribuna solicitando a todos aqueles que entenderem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Vossa Excelênciatem um minuto para concluir.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado. Para que possamos avançar, fazer uma Comissão Especial e que isso, mais rápido possível, possa avançar, porque são lutas como essa que o nosso Poder Legislativo pode dar uma demonstração para o Brasil, que, na dificuldade, em um momento complicado, queremos desburocratizar, dar mais eficiência e não criar problema para os gestores em fazendo um ato em defesa de alguém que está passando uma dificuldade. Por isso, peço a assinatura dos Parlamentares para que possamos preencher as 18 assinaturas e avançar. Muito obrigado e desejo a todos uma boa semana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Ainda no Pequeno Expediente, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas. Boa tarde aos estudantes que nos acompanham, a todo mundo que acompanha a sessão de hoje. Fiquei pensando que eu viria aqui hoje falar na tribuna e as pautas que têm na Assembleia, e, sinceramente, não consegui chegar em uma conclusão. Pensei: o que dá para vir falar? O que falar sobre um Projeto



que prevê a privatização das escolas? E a indignação é tanta que não consegui preparar uma fala. Não consegui porque não vejo como racional um Governo que diz ter a melhor educação do País, mas está assumindo a sua incompetência e está querendo privatizar. Não consigo entender o porquê tamanha urgência e correria, inclusive rasgando o Regimento da nossa Casa, para conseguir aprovar esse Projeto que já está sendo debatido. Há mais de um mês conversei com o Deputado Gugu Bueno sobre isso e ele disse: *“Ainda vamos debater na Casa”*. E agora vem com regime de urgência. A CCJ sendo convocada sem o prazo mínimo que o Regimento coloca. O que penso e o que me questiono é: o que o Governador tem a esconder? Por que ele está escondendo o processo por trás da tentativa de privatizar a nossa educação? Por que as escolas do Paraná precisam ser privatizadas? O argumento de que é para melhorar a infraestrutura, o argumento que é para poder deixar a escola mais bonita, não se sustenta. Senhores Deputados e Deputadas, vocês sabem quanto hoje o Governo do Estado passa por aluno, o valor por aluno, para as direções da escola? Sete a oito reais. Sete a oito reais! É esse o valor que eles passam para manter as despesas das escolas. Daí vem me dizer que passar a gestão da escola para uma empresa privada, e passar um valor de R\$ 800,00 para essa empresa privada, é estar preocupado com os estudantes? Não é, porque dentro deste valor ainda está previsto 5% de taxa de administração. Além dos 5% de taxa de administração, 7% de lucro, fora mais os “penduricalhos” se eles conseguirem as benditas metas. Isso é estar preocupado com a educação? Não é. É, inclusive, desperdiçar o recurso público. É, inclusive, desperdiçar o dinheiro dos impostos dos cidadãos; é desperdiçar o dinheiro que deveria ser investido na educação do nosso Estado. Por que dar lucro para uma empresa que não está preocupada com nenhum dos estudantes, que não está preocupada com a aprovação no final do ano se é porque ele verdadeiramente aprendeu, ou se é para ele ganhar uma margem a mais de lucro, sendo que poderia destinar esse mesmo recurso às direções das escolas, para elas, sim, fazerem o trabalho que se deveria? A resposta é uma só: este Governo não está preocupado com a educação do Estado do Paraná, nem



com o desenvolvimento dos nossos estudantes e, muito menos, com a máquina pública. Só está preocupado para saber quantos amigos ele irá fazer se vender o nosso patrimônio. A educação pública é nossa, as escolas são nossas, são da sociedade. Não é minha, da Ana Júlia, do meu mandato. Não é do mandato do Governador Ratinho Júnior. Ele não foi eleito para privatizar escola. Ele não foi eleito para rasgar a Constituição. A atividade-fim não pode ser terceirizada. A atividade-fim não pode ser terceirizada, não pode ser passada para administração de empresa privada. É um absurdo o que está acontecendo aqui! Um absurdo que estão rasgando o Regimento da nossa Casa. Senhores Deputados e Deputadas, nas conversas de corredores todos falamos, todos os dias, o quanto esta Assembleia é desrespeitada, o quanto a nossa função está sendo esvaziada. E eu coloco aqui para vocês: não deixem que o Governador, pela sua gana, pela sua sana de poder, rasgue mais uma vez o Regimento desta Casa, nos coloque mais uma vez esvaziando a nossa função e, principalmente, não se preocupe com os estudantes, com os professores, com os funcionários de escolas, com a sociedade, com as pessoas que nos elegeram, com as pessoas que estão preocupadas na formação dos seus filhos, nas pessoas que querem garantir o acesso a uma educação pública de qualidade, e que tem condição de ser de qualidade se assim o quisermos. Os problemas que enfrentamos hoje na educação não é por incompetência dos nossos professores, é por falta de vontade política... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): ... é por falta de vontade política de investimento real na educação pública. Darcy Ribeiro nos dizia: “*A máquina da democracia é a escola pública. A máquina que prepara a democracia é a escola pública. E a escola pública é o maior bem que um Estado Democrático de Direito pode ter*”. É por isso que nós, como aqueles que estão aqui para defender o Estado Democrático de Direito, precisamos defender as escolas públicas, precisamos



defender a educação pública de qualidade, eficiente, laica, que, principalmente, esteja preocupada em emancipar os nossos estudantes e em formar na sua integralidade como cidadão, e não meramente para mercado de trabalho. Então, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, peço para que hoje não rasguemos mais uma vez o Regimento desta Casa e não tenha uma sessão na CCJ... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): ... que não foi convocada com tempo hábil e que não respeita a sociedade paranaense e muito menos esta Casa. As escolas públicas do Paraná não estão à venda. A nossa educação não é mercadoria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento toda a nossa população que está acompanhando esta sessão, em especial os nossos estudantes que aqui comparecem. Também comparecem colegas professores, funcionários de escolas; e aqui a Prof.^a Margleyse e a Prof.^a Walkiria, da Direção Estadual da APP, também comparecem a esta sessão. Quero cumprimentar todas as famílias que estão acampadas em Rio Bonito do Iguaçu e em Nova Laranjeiras. Ontem, comemoramos juntos os 10 anos do acampamento. São mais de 1.200 famílias ocupando uma fazenda chamada Pinhal Ralo, que deve evoluir para assentamento logo, logo. Quero cumprimentar o esforço de cada família, que ali está fazendo a resistência, lutando para que a Constituição Brasileira seja cumprida no quesito reforma agrária, dando acesso a quem de fato gosta da agricultura, quer produzir, quer viver com dignidade. Parabéns ao MST. Parabéns às famílias acampadas do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, lá no Município de Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. A Assembleia recebeu agora, no começo da sessão, o Projeto de Lei n.^º 345/2024. Esse projeto já vem com uma mentira, dizendo que é *Parceiro da Escola*. Parceiro? Não é verdadeiro isto. Não é parceiro. O Governo escreve aqui que quer repassar, com a



autorização desta Assembleia, recurso público para empresários administrarem as nossas escolas. Nunca precisou remunerar empresários com o dinheiro da educação. Nunca foi necessário! Agora, o Governo está entendendo que é muito importante. Certamente, os empresários estão aplaudindo. Estes que usam a educação para enriquecer, usam a educação como mercadoria e não como um direito da população e, sim, como um meio para auferir lucro. É um absurdo! É um atentado contra o interesse público. “Nós já vimos este filme”. O Governador mandou para esta Casa, em um passado recente, um projeto para permitir que o Estado contratasse empresários para fornecer para as escolas funcionários. Ficou mais caro, os funcionários passaram a receber um salário menor, e o Governo contratou um número menor de funcionários via terceirizados. São várias empresas que estão dando problemas inclusive, algumas já deram calote nos funcionários sem pagar os direitos trabalhistas, e deram calote no Estado porque o Estado responde como solidário. Tem que pagar esses direitos a esses funcionários, mas o dinheiro já foi dado para os empresários, e alguns fugiram, não sabemos onde estão, fecharam o seu negócio e foram embora. Vários empresários são de outros Estados. Isso já aconteceu também no Governo Jaime Lerner, que contratou vários empresários que deram calotes, foram embora, deixaram funcionários e professores no Paraná sem o pagamento dos direitos. O Estado respondeu e paga até hoje ações trabalhistas. O Jaime Lerner então inventou a Adeja, que era a Associação de Diretores de Escolas de Jovens e Adultos, não deu certo, também quebrou, com dívida para o Estado, e arrumou um problema para essas diretoras. Aí foi inventando mais coisas que não funcionaram. Então, o Ratinho está buscando aquilo que não deu certo. Ele mesmo já sabe que não deu certo essa contratação de empresas para pôr funcionários nas escolas, do mesmo jeito que não está dando certo aqueles funcionários que ele contratou para pôr nas penitenciárias. Está pagando um absurdo para as empresas que estão nos presídios, mais da metade daqueles que estão lá custodiando os presos já são contratados por empresários, recebem de R\$ 23 a R\$ 29 mil por mês por cada funcionário que coloca no presídio, e o



funcionário não chega a receber R\$ 3 mil por mês, a maior parte do dinheiro vai para o bolso dos empresários. Isso está errado! Quer fazer isso com as nossas escolas. Não basta o estrago que já fez com essas 14 empresas que ele contratou, que estão ganhando muito dinheiro em cima dos funcionários, estão embolsando dinheiro, dinheiro público, e lá na escola está difícil. Agora, colocar empresários para pegar o dinheiro da educação, dinheiro esse que nós lutamos para ampliar no Estado. Eu era Presidente da APP, junto com os nossos professores e funcionários, com os estudantes, fizemos um grande movimento. Esta Assembleia aprovou, em 2006, uma alteração da Constituição, para mudar de 25 para 30% a destinação de impostos do Paraná para a educação. Agora, o Governo quer pegar esse dinheiro para dar para empresários, que certamente vão embolsar boa parte desse dinheiro, e quer fazer isso com urgência urgentíssima, diz que é para contratar para 2024, para 2025, mas mandou o projeto aqui em regime de urgência, quer aprovar em poucas horas, não quer fazer o debate nem com a Assembleia e nem com a população. E aí ele vai afirmando, chega ao ponto de no art. 13 aqui escrever: *“As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente”*. Mas aqui ele não escreve como vai ser. Ele pede para a Assembleia aprovar essa lei o autorizando depois a regulamentar isso, por Decreto, por Portaria...

Deputado Goura (PDT): Deputado Lemos, posso solicitar um aparte...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... por Resolução. Se este ano está repassando R\$ 800,00 por estudante para os empresários que estão cuidando de duas escolas – uma empresa é de São Paulo, a outra empresa que cuida de outra escola aqui no Paraná é de Juiz de Fora –, já está repassando este ano R\$ 800,00. Aqui ele não escreve a quantia, está dizendo que vai depender do orçamento e ele vai definir depois, em Decreto, em Resolução, em Portaria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Ele quer depois mandar a quantia que os empresários desejarem. Isso é um absurdo, não concordamos, somos contra. Deputado Goura.

Deputado Goura (PDT): Deputado Professor Lemos, parabenizo V.Ex.^a, reforço aqui o nosso coro da nossa bancada contra esse projeto. É muito importante que todo mundo, a sociedade paranaense entenda que o que está sendo colocado em jogo em regime de urgência é gravíssimo. Um projeto dessa magnitude tinha que ser obrigatoriamente devidamente debatido com o conjunto da sociedade, com os professores e professoras, com a comunidade escolar. E eu concluo parafraseando Darcy Ribeiro, que a Deputada Ana Júlia trouxe, que a crise na educação no Brasil, Deputado, ela não é uma crise, ela é um projeto, é um projeto para manter as coisas do jeito que estão. Então, nós votaremos contra esse projeto e que toda a sociedade paranaense acompanhe o que esta Casa vai votar neste dia de hoje, nas vésperas de um feriado – vamos lembrar disso.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, só para concluir. Quero dizer que o Governo decretou guerra à educação, e os educadores já aprovaram greve geral por tempo indeterminado a partir do dia 3. Portanto, cobertos de razão. Educação não é mercadoria, educação tem que ser pública, gratuita, de qualidade, ofertada pelo Estado e não por empresários.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Próximo orador inscrito, no Horário das Lideranças, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que acompanham esta Sessão Plenária. É incrível! Gostaria de entender o porquê que todo bom projeto o PT ser contra, todos, sem exceção nenhuma. O que não presta, eles apoiam; o que presta, não apoiam. Colégio Militar e Cívico-Militar, o PT foi contra. Foi uma baderna, como sempre, gritaria, querendo desprestigar. Hoje, os melhores resultados do Ideb são dos colégios Cívico-Militares. Isso mostra a mentira que a Esquerda vende, a mentira que ela vende... As melhores avaliações! A educação na época do PT foi a pior



educação que o Brasil já teve, foi o nível mais baixo do Ideb. Geração Paulo Freire, geração perdida na educação, bando de alienados que não sabem fazer conta de mais, nem conta de multiplicar, não sabem nada. Batem palmas para Che Guevara, fazem rezinha para a maconha. É isso o que o PT quer! Ele quer um bando de alienados. Aí alguns Deputados do PT vão encher de seguidores, seguidores alienados que acreditam em Papai Noel porque não têm conhecimento, não têm informação. Ainda tem Deputado que fala que alguns Deputados usam a mentira. Óbvio, os Deputados do PT só falam mentira. Deputado Tito, principalmente o Lula, não fala uma verdade sequer. Ele prometeu o quê? Aumento aos professores. Deu *uma banana, uma banana* aos professores, zero de aumento para eles. O Presidente que mais aumento deu quem foi? Presidente Jair Messias Bolsonaro. Sabe por que não faltou dinheiro no Governo Bolsonaro? Porque não roubava. Então, não faltou dinheiro em lugar nenhum. Olha aí. O estudante que dá risada porque é um alienado que não estudou, não tem informação, não consegue... Bando de alienados! Alienados e ignorantes que não têm formação nenhuma. Não podem ir para um debate porque não têm argumentos para um debate. Por que o Brasil hoje está quebrado? Porque estão roubando dinheiro de novo. Por que no Governo Bolsonaro não faltou dinheiro para combater a pandemia? Não faltou dinheiro para vacina, não faltou dinheiro para nenhum município, nenhum Estado. Por quê? Porque o Governo não roubava, Deputado Artagão. É simples! Cadê o dinheiro hoje? Agora pergunto: Tem vacina da dengue? Não. Já morreram 3 mil pessoas e o genocida e a incompetente da Ministra não falam nada, e os alienados acham bonito. É! Porque não leem, não se informam. É inacreditável a que ponto chegou a educação no Brasil! Projeto... Barra de ouro... Vou falar dos 11 contêineres que o Lula roubou, isso sim! Onze contêineres ele roubou. O ladrão. Quando o Deputado Arilson falou que isto aqui virou uma privada, o Brasil virou uma privada quando o ladrão assumiu o poder, quando colocaram um ladrão como o Lula no poder e mais 40 Ministros incompetentes e desonestos. (Manifestações nas galerias.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Senhores, pedimos que seja garantida a palavra do orador. Ele está no direito do uso da palavra, senhores.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A verdade dói para eles ouvirem, Artagão, mas têm que ouvir a verdade. Têm que ouvir a verdade! O Lula é ladrão e está destruindo o Brasil, quebrou a economia do Brasil. Quebrou! Não tem dinheiro mais. Não tem dinheiro. Não estão ajudando em nada o Rio Grande do Sul. Nada! *Deram uma banana* para o povo. E escolheu o Ministro mais incompetente e desonesto, o Paulo Pimenta, para colocar lá, que não está fazendo nada além de mentir, além de inventar *fake news*. Esse é o Governo da mentira. O pior Governo que o Brasil já teve foi com esses bandidos de volta ao poder, graças à ajuda do STF. Ainda bem que tem prazo de validade - dois anos e acabou, para nunca mais voltar. Esse lixo do PT não voltará mais, não voltará mais. Nunca mais voltará! E desafio... (Manifestações nas galerias.) Nós estaremos aqui, nós lutaremos pelo Brasil, e vamos mudar a educação para melhor. Este Projeto do Governo é um Projeto excepcional, que já deu certo nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Coreia do Sul, na Espanha e está dando certo Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Por gentileza, Deputado Ricardo. O art. 150 do Regimento diz que todos são bem-vindos, que podem assistir à Sessão, desde que mantido o silêncio. É prerrogativa do Parlamentar o uso da tribuna e peço mais uma vez com educação que, por gentileza, deixem que ele termine o seu pronunciamento. Obrigado.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Pela ordem.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Também, dentro da prerrogativa parlamentar, dá...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não tem aparte. Desculpa, Presidente, mas não tem aparte. Não dei aparte para ninguém.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): É pela ordem, seguindo o Presidente.



DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Por favor, recolha-se no seu lugar. Não vou dar aparte.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): O seu tempo está congelado, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não tem aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Não é aparte, Deputado Ricardo, é pela ordem.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mantenha a minha fala, por favor, Deputado Artagão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Qual o Regimento, Deputada Ana Júlia?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mantenha a minha fala, por favor.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Sim, o seu tempo está congelado, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A senhora já falou. A senhora já falou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Qual é o artigo, Deputada Ana Júlia?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Já falou as besteiras que quis.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O Regimento exige decoro do Parlamentar e fala educada.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): E falas que não são mentirosas. Mentira não está dentro da prerrogativa parlamentar, que inclusive as escolas cívico-militares não têm os melhores índices no Ideb. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Esse é um debate da tribuna. A palavra está assegurada ao orador.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A minha liberdade é mantida pela Constituição Federal. Leia, estude. Ou você é mais uma que não estudou? Estude, estude! Você deve ser mais uma da geração Paulo Freire, por isso que



não entendeu ainda a Constituição Federal. Óbvio, como o Lula não respeita a Constituição, você deve não respeitá-la também. Então, respeite. Respeite. Esse Projeto que o Governo implantou aqui já foi feito em duas escolas como um projeto-piloto e teve um resultado excepcional. Não é falastrão, não! Está lá o resultado: 90% de aceitação. O Governo não vai gastar um tostão a mais do que já gasta, vai manter o mesmo orçamento; não vai privatizar nada, vai melhorar o ensino, dando apoio aos diretores. Não vai ter aula vaga mais, o diretor vai ficar tranquilo para cuidar dos alunos e não para ficar se preocupando em comprar material, em comprar computador. Não, isso quem vai fazer são os parceiros da escola. É que a Esquerda quer mudar as coisas com mentiras, quer enganar as pessoas. (Manifestações nas galerias.) Psh! Quiet! Pessoal, respeita aí! Artagão, põe os seguranças para tomarem atitude na Casa, para manter a ordem!

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): A sua palavra está assegurada, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Quem não respeita por bem, respeita pela lei. É muito cansativo quando as pessoas não têm um pingo de educação e querem ficar aqui nesta tribuna. É o que falo, é a geração perdida, a geração Paulo Freire. Essa é a geração que aí está, que bate palmas para Che Guevara. É isso que está! Então, o Projeto do Governo... Vou continuar aqui para eles entenderem um pouquinho da verdade e não da mentira. Uniforme gratuito, 100% aos alunos; aula vaga zero, nenhum aluno fora da sala de aula; nutricionistas atuando nas escolas; atividades de contraturno; programas de recomposição de aprendizagem e atividade recreativa e esportiva; sexta aula para todas as escolas; implantação de uma central de serviços, um setor que será responsável para contratar serviços, gestão de RH e compras, o que vai trazer agilidade para o dia a dia da escola; gestão de infraestrutura da escola, um plano de aplicação será definido junto ao diretor pedagógico, para que a escola passe por melhorias durante o ano todo; apoio da contratada com conhecimento e experiência da contratada na área de gestão escolar; processo seletivo qualificado dos



professores, o que vai aumentar a qualidade do professor que entra nas salas de aula. E o investimento? Nenhum tostão a mais, vai se manter o mesmo custo que tem hoje. Então, o Projeto é bom, será aprovado nesta Casa, sim, e vai melhorar e muito, e será implantado em 10% das escolas do Paraná. E veremos, a partir de 2025, depois de um ano, o resultado do Ideb, para calar a boca dos mentirosos. O que tem que ver é resultado, não falastrão que fica inventado história aqui, que vai acabar com a educação. Uma ova! Não vai acabar com nada. Vai melhorar e muito! É isso que o Governo quer: melhorar a cada dia a educação no Paraná. E isso será feito vocês gostando ou não. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, o que me traz à tribuna é para tratar de um tema que a grande mídia do Estado do Paraná não tem tratado, mas é um tema de relevância porque envolve todo um setor da sociedade, um segmento da nossa economia que é extremamente importante. Estou me referindo à greve, que já avança pelo 18.^º dia, dos trabalhadores da indústria Renault. São mais de 5 mil trabalhadores que, por conta das condições de trabalho, especialmente da questão da saúde, a saúde no trabalho, eles iniciaram uma mobilização que acabou resultando, até por conta é claro também dos temas que envolvem a questão salarial, acabou por uma decisão desses trabalhadores de fazer uma greve. A greve é um instrumento que o trabalhador recorre quando não há mais possibilidade de diálogo, no caso com o setor patronal. E estamos vivendo um impasse, impasse esse que só pode ser resolvido se efetivamente todos aqueles que são os responsáveis pela vinda da indústria Renault e, claro, de toda a participação que tem no desenvolvimento da indústria Renault no Paraná, efetivamente, assumirem a sua responsabilidade. Deputado Hussein, quando fui Secretário do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, criei no âmbito do



Conselho Estadual do Trabalho um grupo de trabalho para mediar conflitos trabalhistas no Estado do Paraná, e sempre tivemos um grande resultado. Na última greve que havia sido feita pelos trabalhadores da Renault, em 2019, à época recorri ao Governador Ratinho Júnior, que prontamente determinou que o Secretário do Trabalho à época, que era o Mauro Rockenbach, pudesse estabelecer uma mesa de negociação no âmbito da Secretaria do Trabalho, e foi em um discussão, em um debate tripartite, que encontramos a solução da greve, em uma mesa de negociação. E agora o que temos visto? Os trabalhadores da Renault lutam, claro, por conta da participação nos lucros e resultados da empresa, mas o debate não é econômico, o debate é social, porque a Renault lançou um novo veículo no mercado – que, aliás, diga-se de passagem, a mim me parece que vai ser um grande sucesso de mercado –, que é o Kardian, um veículo novo, só que esse veículo tem um nível de sofisticação para sua produção que exige do trabalhador na linha de produção. E nós temos cerca de 3 mil e 700 trabalhadores na linha de produção, que exige dele esforços repetitivos que levam à exaustão, ao esgotamento do trabalhador, a lesionamentos. Nós temos mais de mil trabalhadores da Renault hoje que sofrem de algum tipo de doença adquirida por conta do seu desempenho dentro da linha de montagem da empresa. O fato concreto, minha gente, é que o objetivo desta minha fala aqui é para que façamos com que a Assembleia Legislativa possa, naturalmente, solicitar de forma muito objetiva que o Governo do Estado possa convocar as partes envolvidas, os trabalhadores representados pelos seus sindicatos, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, que é a principal categoria laboral que temos no nosso Estado, o mais bem estruturado sindicato. E, ao mesmo tempo, que chame a direção da indústria Renault, até porque recentemente a Renault anunciou um novo investimento de R\$ 2 bilhões na planta aqui do Paraná. Sabemos que esses recursos são oriundos na sua grande maioria de financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, como também das políticas que temos de incentivo e benefício fiscal para manter a Renault no Estado do Paraná e o desenvolvimento da indústria automobilística. O fato concreto é que



quando há um impasse dessa natureza, dessa magnitude, porque cerca de 800 veículos estão sendo deixados de serem produzidos por dia, efetivamente leva que nós possamos agir. Então, o sentimento que me traz a esta Casa é de provocar o diálogo entre as partes. Nós temos aqui hoje a presença do Paulo Pissinini, que preside o Conselho Estadual do Trabalho e é dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, e nós queremos, minha gente, poder encontrar uma solução. Faz praticamente duas semanas, mais ou menos duas semanas, que nenhum trabalhador entra em um ônibus e vai trabalhar na Renault. Isto é muito ruim, isto obviamente não é saudável para a economia do Estado do Paraná, nem obviamente para o desempenho da Renault como indústria. Ao mesmo tempo, o que esses trabalhadores estão pedindo? Eles estão pedindo que a Renault possa, analisando a dinâmica dessa linha de produção especificamente desse veículo, contratar mais trabalhadores. Eles calculam que em uma linha de produção de mil trabalhadores no mínimo são necessários mais 300 trabalhadores. A Renault acenou com 50 trabalhadores, que são insuficientes para poder face à demanda. É uma questão específica que envolve a saúde do trabalhador. Vou repetir: também envolve a questão da participação de lucros e resultados da Renault. O que temos que fazer? É buscar fazer como sempre fizemos. Como fizemos em 2019, quando o Governador determinou que fosse feita uma mesa tripartite de negociação e dali tiramos o acordo, que aliás vigorou até agora, até essa greve. O acordo que vigorou foi aquele construído quando a Renault havia demitido de uma única vez maciçamente 747 trabalhadores. À época, a Renault recuou, foram feitas várias medidas à época para poder resolver essa situação, e nós conseguimos, enfim, soluções boas. Claro que os conflitos trabalhistas existem e fazem parte do processo democrático. Ou seja, com exceção da ditadura que queria impedir a manifestação dos trabalhadores, nos regimes democráticos a greve faz parte desse processo. Esses trabalhadores, para os senhores terem uma ideia, estão há 22 dias contados, corridos sem receber salários. Eles estão perdendo, não recebem seu salário porque o trabalhador não paga os dias paralisados, e mesmo assim se mantém em greve. Se mantém em greve por quê?



Por que eles estão em luta por melhores condições de trabalho. E vejam bem: em pleno ano de 2024 os trabalhadores estão lutando para poder ter condições de trabalho adequadas. Então, faço este apelo aqui para que possamos, Líder Hussein Bakri, solicitar ao Governo do Estado que possa intermediar uma mesa de negociação tripartite entre os trabalhadores, representados pelo seu sindicato, com a direção da Renault, para que possamos sentar à mesa e encontrar uma solução e resolver essa greve, que é um prejuízo para todos: para os trabalhadores, para Renault e, obviamente, para economia do Paraná como um todo. E nós sabemos que o Governo tem um protagonismo nisso. Nessa última greve de 2019, o Governador teve um papel fundamental, e o que pedimos é que novamente o Governo possa intervir e provocar o diálogo e a solução desse movimento que efetivamente não interessa a ninguém, muito menos aos trabalhadores da Renault, que contam com a minha integral solidariedade, para que possamos de fato ter uma solução em relação a isso.

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pois não, Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): E conta também com o apoio, com a solidariedade de toda a nossa Bancada PT/PDT a esses trabalhadores e trabalhadoras, que fazem a diferença. E essa empresa está em um bom momento, fazendo com que os trabalhadores produzam para além da sua obrigação. Então, é muito importante negociar todos os itens da pauta, que não se trata apenas de salário, como V.Ex.^a trouxe aqui. Então, quero parabenizar o sindicato, parabenizar a força sindical e os trabalhadores que fazem uma luta em legítima defesa e tem todo nosso apoio.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Obrigado, Deputado. Era isso, senhoras e senhores. Fica aqui a minha manifestação.



SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Soldado Adriano. Abre mão. Na sequência, o último orador inscrito, no Horário das Lideranças, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, estava preparado para discutir o projeto *Parceiro da Escola* no momento em que estivéssemos na discussão dessa pauta aqui em Plenário, mas me vejo forçado a subir a esta tribuna porque é impressionante a indústria de *fake news* que tem sido posta a cabo pela APP-Sindicato e pelo Partido dos Trabalhadores. É mentira emendada em mentira. Para quem acompanha as postagens e os discursos da APP parece que estamos diante do fim da educação pública no Paraná e da privatização das escolas. É mentira o primeiro tópico e é uma burrice o segundo. Não há privatização da educação pública, há um projeto pioneiro, inteligente e que pode melhorar a vida do estudante do colégio menos assistido. O Paraná de novo está na vanguarda para atender a comunidade carente, com melhoria na situação física dos prédios, das quadras de esportes, do fim da falta de aula, espaço vago. Melhoria, inclusive, para os professores que hoje estão em PSS e serão tratados com maior dignidade. Mas o projeto é, sobretudo, democrático, porque ele não obriga e não impõe a ninguém a aceitação do *Parceiro da Escola*. Será a comunidade escolar que, em consulta, dirá se aceita ou não, mas a Esquerda não gosta de que a comunidade escolar opine. A Esquerda quer fazer engolir por goela abaixo o que é a vontade do Sindicato. Eu vi que 4 mil se reuniram para discutir o projeto. E pergunto, de maneira honesta aqui, quem foi que leu o projeto para discussão? Quem pegou o projeto na mão? Quem leu o que está escrito aqui antes de dizer que é privatização de colégio? Falta, sobretudo, honestidade intelectual ao debate. Ninguém quer discutir a sério, quer levantar bandeira para levar click, para posar de defensor da educação. O colégio público, você pode perguntar a qualquer família, pergunte a qualquer família: *você gostaria de um colégio público como ele é ou um colégio público parecido com uma escola particular?* A resposta nós temos, mas é muito mais fácil produzir a *fake news*. Os professores serão



prejudicados. Mentira! A empresa vai mandar no colégio. Mentira! Aí pergunto: *quem ganha com a proliferação de fake news?* (Manifestação das galerias.) Presidente, vou pedir que os rapazes fiquem em silêncio. Eles já atacaram aqui a fala do Deputado Guerra, que expunha um posicionamento que, em alguns pontos, divergia do meu, mas é maiúsculo o direito do Parlamentar de aqui se manifestar sem que tenha vaia, corneta ou falta de educação. Os mesmos que tentaram impedir a fala do Deputado Arruda. Aí pergunto: algum desses aqui, de verdade, pegou o projeto para ler? Ah, para! Aí digo o seguinte: diante da maré de *fake news* temos que aguentar mais uma dessas, dita em público, em pleno Plenário da Assembleia Legislativa. O Projeto *Parceiro da Escola* é bom. Ele é bom para o Estado do Paraná; ele é bom para a educação pública; ele é bom para os professores de sala de aula, não professor de sindicato. Professor de sindicato acha isso muito ruim, porque, afinal de contas, antes do interesse do estudante está o interesse do sindicato, depois vem o partido e só depois, quem sabe, uma leve preocupação com a educação pública. O professor de sala de aula que leu o projeto se convence com absoluta clareza de que ninguém vai perder força nenhuma, os diretores lá estarão para cuidar da questão pedagógica e o que vai se melhorar é a educação pública. Estou pronto ao debate na semana que vem, e qualquer *fake news* que aqui seja proferida vamos rebater uma a uma. Pode-se até perder uma votação eventualmente, mas não se perca a verdade dos fatos. Não é proferindo notícia falsa, mentira sobre o projeto, que alcançaremos um debate produtivo nesta Assembleia Legislativa. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Senhor Presidente, pela ordem, art. 137, para discutir o art. 271, sobre as prerrogativas constitucionais dos Deputados. Presidente, é prerrogativa constitucional dos Deputados poder falar na tribuna sem ser interrompido. Concordo plenamente em relação a isso com os Deputados. Mas o Supremo Tribunal Federal também já decidiu que não está dentro da prerrogativa constitucional do Deputado falar mentiras na tribuna. Referente a isso, o Deputado Ricardo Arruda falou que as escolas cívico-militares são as



melhores no Ideb no Estado do Paraná. Mentira, segundo o próprio Governo do Estado e os dados divulgados pelo Governo do Estado. As escolas cívico-militares não estão entre as melhores no Ideb. Outra mentira.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, qual é a questão de ordem?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Questão de ordem, art. 137, interpretação do Regimento.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Porque me parece um discurso. Este não é o espaço para discurso agora. A questão de ordem não cabe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Senhores, qual é a questão de ordem? Qual é a dúvida de V.Ex.^a?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Artigo 137, interpretação do Regimento. Estou tratando do art. 271.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Está discutindo, Sr. Presidente. A questão de ordem tem que ser apresentada, Sr. Presidente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): O Deputado não pediu questão de ordem. Estou tratando do art. 271.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): A palavra desta Presidência direcionada a V.Ex.^a é: Qual é a dúvida para que esta Mesa possa decidir? Pergunta e a dúvida.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Presidente. A minha dúvida é que o art. 271 do nosso Regimento coloca sobre as prerrogativas constitucionais, e o Supremo Tribunal Federal já decidiu que não é uma prerrogativa constitucional o uso da palavra de um Parlamentar para proferir mentiras na tribuna. E o Deputado Ricardo Arruda falou duas mentiras. Uma sobre os dados oficiais do Governo do Estado do Paraná, portanto, os nossos governos. A segunda mentira...



SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Deputada Ana Júlia, esta é uma questão de ordem que esta Mesa não tem como definir, uma vez que o uso da tribuna já foi realizado.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Tenho dez minutos. Segundo o Regimento, tenho dez minutos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Vossa Excelência pode falar nas explicações pessoais, no final. Vossa Excelência pode manifestar formalmente a sua indignação, o seu questionamento, mas em qual artigo do Regimento diz que V.Ex.^a tem dez minutos?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ela inventou um artigo. *Fake news*.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, com todo respeito, nem todo Deputado sabe ler, mas nos incisos do art. 137 fala que toda questão de ordem tem dez minutos para ser justificada. Não tive os meus dez minutos da *questão de ordem* para ser justificada. Estava falando sobre o art. 271.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Se a Mesa conceder a questão de ordem.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Não, a Mesa é obrigada a aceitar a questão de ordem. Você pode cassar a minha palavra. Isso é verdade. Mas, tenho dez minutos para expor a questão de ordem. Está no Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Vossa Excelência tem que colocar qual é a sua dúvida com relação a algo que já aconteceu.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Não consegui terminar de falar. Tenho dez minutos para terminar de falar e não consegui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Onde que diz que ela tem dez minutos? Caso concedida a questão de ordem.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mas não foi concedida.



DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Foi. Pedi questão de ordem e você me deu a palavra e estou fazendo a questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Estou solicitando apoio aqui da assessoria. Artigo 37, §5º diz o seguinte: *Durante a Ordem do Dia só poderão ser levantadas questões de ordem atinentes à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.* Estamos discutindo um pronunciamento já realizado, que não tem como esta Presidência modificar nesse sentido. Então, não há o que se discutir de questão de ordem. Fica comprometida a questão de ordem de V.Ex.^a. Próximo orador inscrito, Deputado Hussein Bakri, na Liderança do Governo. Acabei de ler para V.Ex.^a o artigo que diz que tem que estar sendo debatido.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, não começou a Ordem do Dia. Não começou a votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior – PSD): Esta Presidência não concede a questão de ordem e assegura a palavra ao Líder Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas, desejo uma ótima semana. Quero saudar o Deputado Anibelli e dar todo apoio à sua PEC, conte conosco. Quero saudar a todos os colegas presentes. E antes de falar desse assunto da educação, quero manifestar uma preocupação e quero pedir que o Presidente Estadual do PT, Deputado Arilson, leve até à Presidência da República. Olha só. Tivemos uma reunião importante na semana passada, onde estava presente o Deputado Wandscheer que fez um belo trabalho, o Deputado Tadeu Veneri estava presente e todos os prefeitos da região e ficou exposto lá: que o Governo do Estado do Paraná deseja assumir a recuperação da rodovia 476, com um orçamento próximo de R\$ 500 milhões. Para ser bem honesto com o senhor, senti dos Deputados a maior boa vontade, mas senti por parte do Dnit uma incompreensão levando a crer que podemos perder – o próprio Secretário-Geral do Ministério –, podemos perder essa oportunidade ímpar. O Governo Federal tem R\$ 100 milhões para usar na obra e o Paraná tem o montante de 500 milhões. Seria uma coisa inteligente que o Governo Federal fizesse o outro trecho



da 476, que é de São Mateus até à Lapa. E aí nós ganharíamos. Então não podemos deixar, em um momento desse, que a questão política prevaleça sobre a questão mais importante. O Estado do Paraná está com o recurso, quer fazer em concreto armado e quem conhece o trecho do Horizonte até Lapa sabe do que estou falando. Está na mão! Então quero pedir o apoio do senhor, quero pedir o apoio dos colegas, para que possamos construir juntos. Será dado o devido valor político ao Governo Federal. Mas, neste momento, o que o Governo Federal tem que fazer? Tem que fazer a concessão da rodovia. Gente, é simples! E eu gostaria de pedir esse apoio. Na vida pública, Presidente, colegas... Eu fui vereador com 21 anos de idade, fui prefeito, fui reeleito, hoje deputado, e acostumei a ser minoria, a ser maioria; acostumei a ganhar, acostumei a perder. No entanto, sempre na minha vida pública aprendi a respeitar os meus Pares. E é o que tenho procurado fazer sempre. Agora não posso abrir mão das minhas convicções pessoais, daquilo que considero correto e espero que haja essa compreensão. Estou falando desse Projeto *Parceiro da Escola*. Em primeiro lugar, o mais importante que é preciso que vocês escutem, o mais importante é o seguinte. Quando vejo pessoas combaterem e dizerem que o Projeto foi forçado a questão da escolha na escola, não foi feito de forma correta, isso é diminuir o papel do professor, é diminuir o papel do colaborador e diminuir o papel do aluno. É subjugar a inteligência das pessoas de dizer que foi um processo mancomunado. Não, não foi. Na escola cívico-militar o processo foi democrático. Quem ganhou, ganhou; quem perdeu, perdeu. E agora será absolutamente da mesma forma. O processo vai se dar da mesma forma. Estamos falando aqui em um processo em que haverá escolha. Pode ser que cheguemos à data de implantação, se for aprovado aqui, e que ninguém queira. Pode! Por que não? Ou 10%, ou 15%, ou 20%. Agora, o que é preciso dizer, também, é que a gestão pedagógica vai continuar com o professor. O que é preciso dizer, gente, eu estou vendo índio aqui. Estou vendo índio com todo o respeito. Quem que trouxe índio para cá? O que índio tem a ver com isso? Nada! Porque as escolas indígenas, quilombolas, não estão afetadas pelo Projeto. Por aí você já vê a maneira com



que está sendo tratado. Vi hoje índios e diz que amanhã vai ter 200 índios aqui. Vamos receber os índios, abraçar, beijar, fazer o que tiver que fazer. Agora, vamos falar a verdade para os índios. Trazer os índios de fora para mentir para eles! Espera um pouco, não tem nenhum indígena envolvido, não tem quilombola envolvido, não tem colégio cívico-militar. Precisa dizer a verdade. Aqui precisa dizer a verdade. Ganho é ganho, perda é perda, perca é perca, mas tem que dizer a verdade. Agora dizer que vai R\$ 7,00 por aluno! Gente, isso aqui, com todo o respeito, não é esse o processo. O processo é democrático, prevê o fato de que a parte pedagógica vai ficar com o professor. Sempre escutei os professores dizerem, os diretores: *“Olha, Deputado, não tenho tempo para cuidar da minha parte pedagógica. Eu não tenho tempo para fazer isso, para fazer aquilo”*. E quero dizer também aos Deputados: podem votar seguros que esse Projeto estará circunscrito a tão somente 200 colégios. Vamos deixar isso bem especificado no Projeto que ele estará circunscrito. É importante, porque, eventualmente, pode ficar ali sem essa condição de ficar claro. Estaremos deixando circunscrito a 200 colégios. Não sei se isso dá 10% dos colégios, Presidente. E mais, e mais: não tem CCJ hoje. O Presidente já falou. A CCJ é normal amanhã. Depois, vai seguir seu trâmite normal, depois vai para a Comissão de Educação. Na Comissão de Educação vai ter o debate necessário. Então, onde têm condições? Têm condições de fazer um parecer contra na CCJ, têm condições de fazer um parecer contra – daí é democracia. Ganhou, ganhou; perdeu, perdeu. Como é nas Câmaras, como é no Estado e como é no Governo Federal. Então vai ter a condição de fazer um parecer na Comissão da Educação, aí vai para a CCJ, aí têm emendas em plenário para daí decidir o Projeto, Deputado Ricardo. Pediu...

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Opa! O Deputado Nelson pediu antes, por gentileza.



Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Deputado, ouvi com muita atenção a sua fala, como a dos demais companheiros aqui da Casa. Fiquei muito satisfeito com o que diz o Deputado Denian Couto, que realmente demonstra equilíbrio e V.Ex.^a vai na mesma toada. Não há necessidade alguma de todo esse alvoroço. O Projeto foi lido hoje, vai passar por todas as comissões, será discutido e, aí sim, iremos discutir a fundo o que pretende o Governador Ratinho Júnior com isso. A propósito, não sei se muitos de vocês tiveram o privilégio de assistir, ontem, a entrevista do Governador Ratinho Júnior no *Programa Roda Viva*, onde ele coloca todos os pontos e dá uma demonstração clara, Deputado Hussein, de quem tem o Estado na mão e de que conhece os problemas do Estado. Então aquilo me deixou orgulhoso como paranaense, e envaidecido até como amigo do Governador. Faceiro, como diz o outro. O que quero deixar claro, aqui, meu caro Deputado Hussein, V.Ex.^a comanda a Comissão de Educação e a Liderança desta Casa com muita presteza, não há necessidade de nenhum arroubo nesta hora que não seja a busca de holofotes ou coisa parecida. O Projeto foi lido hoje e vamos debatê-lo, sim, poderão ser apresentadas emendas, vamos discuti-lo com equilíbrio. Tenho a convicção plena que o Governador Ratinho Júnior tem crédito suficiente para apresentar um projeto como esse de hoje. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Hussein, conte com o nosso apoio e vamos ajudá-lo a discutir com todos os demais Deputados um projeto tão importante como esse e moderno, corajoso, que tem a cara do Governador Ratinho Júnior.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Deputado Arruda, por gentileza.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Só para lembrar que o Secretário Roni deu uma explanação detalhada para todos os Deputados que ali estiveram, no Palácio do Governo, detalhando como é bom esse projeto e eficiente. Realmente quem fala contrário, como bem disse o Deputado Denian, não leu o projeto. Agora, jamais contestei quando algum Deputado da Esquerda vai lá e mente à vontade, só falando mal do projeto porque não leram ou estão mentindo, seguindo orientação



da APP-Sindicato. Agora que fique claro de uma vez por todas o seguinte. A Constituição Federal no seu art. 53 diz: “Os deputados e senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer – olha a palavrinha aí – quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Ponto final, encerrado o assunto. Nós temos liberdade de fala e isso é dito pelo Supremo Tribunal. Então ninguém vai derrubar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para concluir, Presidente. Estou muito convicto do que vou fazer e tenho um exemplo que vi aqui do Município de São José dos Pinhais. O Deputado Buhrer fez um depoimento para nós fantástico de como funcionava e de como funciona hoje. Quero fazer um convite às pessoas: existem duas escolas funcionando nesse modelo. O convite está feito. E repito: está circunscrito a 200 escolas que passarão pelo processo, para ser votado “sim” ou “não”. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quero fazer uma pergunta à Mesa Executiva. O senhor pode me responder depois da fala do Requião. Ouvi atentamente a fala do Deputado Hussein, e nós temos uma compreensão diferente sobre a tramitação deste processo nas comissões, CCJ, Finanças, porque o art. 7º trata de valor sobre gastos, quer dizer, o valor médio de gastos e repasses, e depois educação. Estou alertando porque se pular a Comissão de Finanças neste processo nós vamos, judicialmente, entrar na parada aqui, porque não concordamos com isto.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, já lhe respondo. Não cheguei a ler o Projeto ainda, mas V.Ex.^a está invocando o art. 7º do projeto. É isso? A informação que chegou até mim - não conheço ainda - é de que não há impacto financeiro. Agora, se está sendo previsto isso, é claro que haverá de passar na Comissão de Finanças.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, tecnicamente. O mérito nós vamos discutir, cada um tem uma opinião e eu respeito. Veja bem, o projeto que se encontra faz a menção e não traz nenhum relatório de impacto orçamentário financeiro, nenhuma declaração da Secretaria dizendo que não tem aumento e nem sobre o valor do repasse que vai ser feito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Mas, se necessário for, o Líder vai solicitar isso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vou solicitar, porque ele não tem impacto. Com todo respeito, tecnicamente, mas vou mandar para cá, vou pedir urgente, mas ele não tem impacto financeiro.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputada Cristina.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): A pergunta é para o nosso Líder. Quando que vamos discutir este projeto, Deputado Hussein? Tenho muitas dúvidas sobre ele, mas não faço parte da Comissão de Educação. Então, onde que vamos ter a possibilidade de discutir esse projeto?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): No Plenário.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Mas daí tem que ter alguém para responder. O senhor vai responder por nós?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ah, a senhora está perguntando...

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Sobre o projeto.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Minha assessoria está à disposição, como sempre fez com a senhora e fará novamente. Estamos à disposição.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Mas não vai ter uma discussão pública então entre todos? Uma discussão pública entre todos os Deputados para discutir o projeto?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Daí é no Plenário que vamos fazer o debate, as discussões, as possíveis apresentações de emendas, que é o processo natural, não é?

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, pela ordem. Só para contribuir. Talvez, Deputado Hussein, seria muito proveitoso para a nossa Casa, até pelo questionamento que a Deputada Cristina faz, uma Audiência Pública sobre o projeto, com a presença do Secretário da Fazenda, com o Secretário de Educação, porque a reunião aludida pelo Deputado Arruda não participamos, não fomos convidados. Entendo que foi uma reunião da Base com o Secretário, onde o projeto foi explicado, e ele de fato suscita dúvidas, suscita questionamentos sérios. Acho que ninguém aqui duvida do interesse coletivo e público, do espírito público de todos nós. Então, talvez, a Audiência Pública possa ser uma sugestão para enriquecer esse projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Goura, com todo respeito, não represento os Deputados que não sejam da Base. Seria uma ingerência da minha parte. Reunião com os Deputados da Base, que eu represento, entendeu?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião com a palavra.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, meus caros colegas, vamos lá. Projeto moderno eu escutei aqui. Será? Será que essa é uma novidade inventada aqui agora pelo Juninho? Não. Modelo de privatização de escola já foi tentado no Chile, já foi tentado no Reino Unido, já foi tentado nos Estados Unidos, e foi tentado na Suécia, e todos esses países estão revendo a privatização e a



terceirização do ensino. O Parlamento da Suécia chegou a pedir desculpas em público para a população do seu País, porque o projeto lá foi um desastre. Nos Estados Unidos, estudos demonstram que escolas que receberam mais ou menos dinheiro pela privatização não têm uma melhoria diferenciada no seu ensino para os seus alunos. Lá nos Estados Unidos até mesmo o querido Donald Trump reviu a terceirização do ensino porque ela foi falha. Entendam, senhores, educação pública não é negócio. Não é um projeto novo, não é um projeto moderno, tão pouco é um projeto de sucesso mundo afora. E, ao contrário de alguns Deputados, eu li o projeto, eu não só fiquei com a apresentação do Secretário. E a própria apresentação do Secretário traz dúvidas enormes sobre a ingerência pedagógica das empresas sobre o colégio, porque ele prevê contratação de professores e educadores, ingerência direta no sistema pedagógico do colégio. Veja, a terceirização nada mais é do que o Governo dizendo que não dá conta de gerir e contratando uma empresa para fazer o que ele deveria fazer. Ou seja, por uma obra que o Governo deveria fazer iremos terceirizar para uma empresa, que terá garantia de lucro sobre esta obra. Ou as empresas que assumirão farão de boa vontade, de bondade do seu coração? Não, tem lucro. *“Ah, mas não vai ficar mais caro!”* Então tem alguma coisa errada, porque para fazer a mesma coisa que o Governo vai fazer, garantindo o lucro das empresas com o mesmo valor que o Governo não consegue fazer, a conta não fecha. Eu sou contra não só porque sou da Oposição, mas porque esse projeto já foi copiado de projetos similares de outros países onde deu errado. O problema é simplesmente esse. Ele não é inovador, ele não é uma solução boa, e ele não deu certo nem nos Estados Unidos e nem na Suécia, que é um dos países neoliberais mais citados como cases de sucesso por neoliberais mundo afora. O Ministro de Educação da Suécia pediu desculpa ao povo sueco porque lá deu errado. Como uma empresa ganha dinheiro com alunos? Vamos pensar então no transporte público de Curitiba, como um exemplo para os senhores entenderem: o menor número possível de ônibus para o maior número possível de passageiros. É exatamente o que vai acontecer nas escolas. Ela não será uma cópia de uma escola particular, como disse outro



Deputado, ela será uma escola com salas de aula repletas de alunos, abarrotadas de alunos, porque o menor número de professores para o maior número de alunos será assim que a empresa irá garantir os seus lucros. Não há no projeto a defesa da liberdade de cátedra, defesa da área pedagógica e não há no projeto sequer garantias sobre a administração dessas escolas e do currículo. O projeto não explica como as escolas foram escolhidas. A apresentação do Secretário de Educação dizia que eram escolas com baixos índices. Na lista que eu tenho tem, por exemplo, uma escola de Tibagi que tem os índices mais altos possíveis, e ele só vem crescendo, e lá está a escola indicada para ser privatizada e terceirizada. O Projeto de Lei não prevê o valor pago por aluno; o Projeto de Lei não prevê o modelo que será escolhido para escolher quem vai gerenciar essas escolas; o Projeto de Lei não traz metas e maneiras de se quebrar um contrato com as empresas que assumirão as escolas. O Projeto de Lei nada mais é do que uma guerra midiática com o Governador de São Paulo, que apresentou um projeto similar, que também se coloca como um pré-candidato a Presidente da República lá em 2026. E nós vamos aprovar aqui em regime de urgência? Deputada Cristina, a senhora tem razão. Quando é que vamos debater esse projeto? Se ele é para ser implementado em 2025, como é que a Mesa Diretora explica para mim o atropelo das nossas comissões, o atropelo do debate, o atropelo da discussão mais aprofundada deste tema? Não preciso ganhar *like* como defensor da educação, eu o sou, e assim a prática do meu trabalho e do meu discurso mostram: defendo a educação, defendo os nossos alunos e o sistema educacional do Paraná. Não vou para escola para distribuir tinta em minirreforma, defendo todo o sistema educacional, do aluno ao diretor, do administrativo ao pedagógico. Temos um desmonte da educação no Paraná, inclusive com cursos profissionalizantes, que seria hoje o meu discurso, aqui, o fim dos cursos profissionalizantes no Estado do Paraná, mas estamos acabando é com a educação. E se os senhores se sentem confortáveis em aprovar um projeto sem o devido debate, cada um com a sua consciência, mas expliquem em suas bases para os pais de alunos, para os professores, para os alunos, o porquê, o como e



quando isso está acontecendo, porque o mundo já mostrou que a terceirização não dá certo, os índices caem. Nos Estados Unidos, nas escolas terceirizadas, 25% dos alunos de 15 anos não conseguem fazer interpretação de texto. Um quarto dos alunos das escolas privatizadas do Estado de Nova Iorque não conseguem, com 15 anos de idade, uma simples interpretação de texto. Isso é analfabetismo funcional. Os índices do Estado do Paraná – e já denunciei isso aqui diversas vezes – são maquiados. Faltas de alunos são dadas como presenças; alunos que deveriam ser reprovados são aprovados e quando reprovados são aprovados, subsequentemente, em uma recuperação incrível promovida pelos Núcleos. Eu diria aos senhores que na propaganda tudo fica bonito: *“Ah, o uniforme vai ser novo. A escola vai estar pintada. A reforma vai acontecer com menos burocracia”*. O nosso trabalho seria, aqui, então, cobrar que a Fundepar voltasse a funcionar e fizesse as reformas necessárias sem burocracia, sem garantir o lucro de um terceiro, para ganhar dinheiro em cima do dinheiro que vai ganhar o empreiteiro daquela reforma. Concurso público, formação continuada de professores, investimento em educação, cursos profissionalizantes. Não uma simples, mera e rasa propaganda de privatização, como se isso fosse salvar o ensino público do Paraná, que até ontem eram os discursos de vários membros do Governo: *“O melhor ensino do Brasil. Inigualável!”*! De repente, o discurso é: *“Vamos privatizar porque o pessoal não dá conta”*. Quem não dá conta é o Governador. Existem na Secretaria de Educação pessoas capazes; existem dentro dos nossos quadros de educadores pessoas capazes, as mais capazes do Brasil, de fazer o nosso sistema funcionar. Eles precisam apenas é de confiança, parceria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, um minuto para concluir.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Um minuto para concluir. Parceria, confiança, mas parceria com o Governo do Estado, deixando a Secretaria de Educação e os nossos profissionais fazerem o que sabem de melhor. Historicamente, o Paraná



tem uma boa educação. A terceirização nada mais é do que uma propaganda, onde alguns Deputados estão felizes porque a propaganda fica boa, a sua imagem fica boa e podem, inclusive, indicar nas empresas terceirizadas seus cabos eleitorais para dar aula.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Deputado Requião. Apenas um pedido, Deputado Requião.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Deputado Requião.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem? Pela ordem.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Se o Presidente permitir, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É muito grave o que V.Ex.^a falou. O senhor diga quem indica onde e faz o quê. Diga nomes. Aqui não é o Porto de Paranaguá. Diga nomes! Vai ser assim: diga nomes. Eu não indico ninguém.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): No Porto de Paranaguá o pessoal está sendo preso, os ligados ao Pioli. Não tem problema, não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não faz mal que está sendo preso. Quer falar de operação...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não tem questão de ordem isso. Não tem questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Requião já concluiu a sua fala. Registro a presença do Vereador de Pinhais, Sr. Renan Ceschin, por solicitação do Deputado Denian Couto.

Comunicado de Plenário n.^º 6/2024. Comunico que foi instaurada a Comissão Especial, conforme Ato do Presidente n.^º 4/2024, publicado no Diário Oficial da Assembleia de n.^º 2.927, de 23/05/2024, para analisar a Proposta de Emenda Constitucional n.^º 1/2024, de autoria do Poder Executivo, que acrescenta o § 4.^º



ao art. 125 da Constituição do Estado do Paraná. Em face disso, informo aos Sr.^s Deputados que está aberto o prazo de três sessões ordinárias, conforme estabelecido no § 2.^º, do art. 227, do Regimento Interno, para oferecimento de Emendas. As Emendas deverão ser enviadas via SEI para a unidade da Diretoria Legislativa. Os membros da Comissão serão: pelo PSD, Deputado Hussein – titular, e Moacyr Fadel – suplente; União Brasil, Deputado Do Carmo – titular, e Deputada Flávia – suplente; pelo PL, Delegado Jacovós – titular, e Deputado Gilson – suplente; pelo PP, Deputado Soldado Adriano – titular, e Deputado Marcio Pacheco – suplente; pelo Republicanos, Deputada Mara Lima – titular, e Deputado Alexandre Amaro – suplente.

Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Cláudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer



(UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (**48 Parlamentares**); **Deputados ausentes com justificativa**: Marcio Pacheco (REP), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno; Gugu Bueno (PSD), conforme art. 97 § 3.º do Regimento Interno; Delegado Jacovós (PL), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno; Mabel Canto (PSDB), conforme art. 97 § 3.º do Regimento Interno; e Matheus Vermelho (UNIÃO); conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno (**5 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa**: e Marcel Micheletto (PL) (**1 Parlamentar**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 333/2024**, do Deputado Reichembach, que concede o título de utilidade pública à Agência do Desenvolvimento Cultural e do Turismo Sustentável do Noroeste do Paraná, com sede no município de Umuarama; **Autuado sob o n.º 334/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à AEAV – Associação Espaço Água Viva; **Autuado sob o n.º 335/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, que concede o título de utilidade pública à Associação Canábica, com sede no município de Nova Esperança; **Autuado sob o n.º 336/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que concede o título de utilidade pública para o Grupo Escoteiro Eco 189 – PR, com sede no município de Campo Largo; **Autuado sob o n.º 337/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Gigantes do Paraná, com sede no município de Icaraíma; **Autuado sob o n.º 338/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Associação Assistencial Educacional Peniel; **Autuado sob o n.º 339/2024**, do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de utilidade pública à Aprisco Pássaros da Paz, com sede no município de Arapongas; **Autuado sob o n.º 340/2024** do Deputado Arilson Chiorato, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da cartilha “Eu Me Projeto, Porque Meu Corpinho É Meu”, nas escolas públicas e particulares do Estado; **Autuado sob o n.º 341/2024** dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Gugu Bueno, que altera a redação do inciso I do art.º 1-



A, remunera e insere §§ 3.º e 4.º do art.º 2 da Lei n.º 13.115, de 15 de fevereiro de 2001, que dispõe que o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 342/2024**, da Deputada Marli Paulino, que institui no âmbito do Estado do Paraná o Selo “Empresa Amiga da Saúde”.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Seis Redações Finais. Votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1– Redação Final do Projeto de Lei n.º 122/2023, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Cloara Pinheiro, Flávia Francischini, Marcia Huçulak, Luciana Rafagnin, Cantora Mara Lima, Ana Júlia, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Denian Couto, que altera a Lei n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a Legislação Paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.

ITEM 2– Redação Final do Projeto de Lei n.º 861/2023, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que altera a Lei n.º 17.115, de 17 de abril de 2012, que obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.

ITEM 3– Redação Final do Projeto de Lei n.º 982/2023, de autoria da Deputada Marli Paulino, que institui a Semana Estadual do Artesanato no Paraná, a ser realizada anualmente na terceira semana de março.

ITEM 4– Redação Final do Projeto de Lei n.º 41/2024, de autoria do Tribunal de Contas, Ofício n.º 1218/2023, que transforma um cargo em comissão do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em uma gratificação de



função, e altera as Leis n.º 17.423, de 18 de dezembro de 2012, n.º 21.485, de 23 de maio de 2023, e a n.º 21.486, de 23 de maio de 2023.

ITEM 5– Redação Final do Projeto de Lei n.º 139/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/2024, que institui o Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura.

ITEM 6– Redação Final do Projeto de Lei n.º 299/2024, de autoria da Comissão Executiva, que disciplina o quadro de pessoal comissionado do Poder Legislativo, consolida as normas para a investidura nos cargos próprios, estabelece suas atribuições, responsabilidades e denominação, fixa a respectiva remuneração e cria o conselho gestor de governança e de pessoal.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados**.

ITEM 7– 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 13/2024, de autoria do Deputado Dr. Antenor, que institui a carteira estadual de identificação da pessoa com epilepsia e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Hussein Bakri, Tiago Amaral, Márcia Huçulak, Cloara Pinheiro, Maria Victória, Delegado Tito Barichello, Marcel Micheletto, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Fábio Oliveira, Cobra Repórter e Gugu Bueno.) **O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ**.

ITEM 8– 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 43/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 1/2024, que autoriza a celebração de parcerias entre instituições públicas e privadas, em prol da qualidade do ensino. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Educação. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”. Projeto importante. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Informa-me o Líder do Governo, Deputado Arilson, que a declaração de impacto no Projeto *Parceiro da Escola* já está anexado ao projeto inicial, para conhecimento dos Sr.ºs Deputados.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só corrigindo que o Deputado Arilson não é Líder do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Mas ele, quem sabe, um dia, poderá ser.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quem sabe vai ser.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Calma, que 2026 está chegando!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Será um bom Líder.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Daqui a alguns anos ainda ele poderá ir a Brasília...

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, só para esclarecer como ficaria. Amanhã temos a apresentação do quadrimestre, não é? E a Sessão de quarta-feira vai ser também amanhã? Como vai ficar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na quarta-feira teremos apenas a CCJ.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Não, na quarta-feira, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quarta-feira pela manhã a CCJ, às 8 horas, é a informação que recebo do Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Oito e meia, Presidente. Só corrigindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Às 8h30. E não teremos Sessão.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Ah, está bom!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Apenas na segunda-feira da outra semana. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato,**



Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (35 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (6 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 43/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário do Deputado Arilson Chiorato, ao invés do voto favorável registrado no aplicativo para votações.)

ITEM 9– 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 84/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 7/2024, que cria a Medalha Bombeiro Militar. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação o Projeto. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Meu voto é “sim”, Presidente. Não estou conseguindo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Nelson.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Para comunicar à Casa, Sr. Presidente. Logo após a Sessão, temos a reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Sala Caíto Quintana. Convido os membros.



DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Comunicar a todos que recebemos um ofício da Procuradoria Especial da Mulher de Porto Alegre solicitando a nossa adesão à campanha – e peço a todos, gente –, para conseguir roupas íntimas: sutiã, calcinhas, meias. As mulheres estão pedindo, as mulheres atingidas nas enchentes. Produtos de higiene, higiene pessoal, absorvente, sabonete, shampoo, cremes dentais e, também, roupas e produtos para bebês e crianças até 12 anos. Quem mandou o ofício foi a Procuradora da Mulher de Porto Alegre, Deputada Silvana Covatti. Então, vamos receber as doações. Volto a falar: sutiã, calcinha, meia, absorvente, sabonete, shampoo, cremes dentais, escovas de dentes e desodorantes, entre outros, e também mamadeira, fralda e bicos de mamadeiras. Na nossa Procuradoria aqui da Assembleia. Obrigada.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, enquanto votamos e, na esteira do que disse a Deputada Cloara, é importante que não nos esqueçamos da situação das crianças do Rio Grande do Sul, de que as doações atendam também as crianças. E reforçar que quarta-feira, agora, o Grêmio joga em Curitiba contra o *The Strongest*, pela Libertadores, e é uma oportunidade também de que doações sejam feitas no estádio, para que essas doações sejam encaminhadas ao Estado do Rio Grande do Sul. Tenho absoluta convicção de que o estádio estará cheio e nós, em Curitiba, bateremos todos os recordes já neste jogo. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana



Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 84/2024.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, registro o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):O Deputado Ney e o Deputado Nelson também. São 42 votos favoráveis, então. Está aprovado o Projeto.

ITEM 10– 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 102/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2024, que altera a Lei n.º 17.244, de 17 de julho de 2012, que institui o fundo estadual de políticas sobre drogas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública.(**Sobre o Projeto:**Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Fábio Oliveira, Cristina Silvestri, Moacyr Fadel, Requião Filho, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Márcia Huçulak, Mabel Canto, Alexandre Amaro e Delegado Tito Barichello; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Fábio Oliveira, Cristina Silvestri, Moacyr Fadel, Requião Filho, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Márcia Huçulak, Mabel Canto, Alexandre Amaro e Delegado Tito Barichello.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 11– 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 156/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18/2024, que altera dispositivos da Lei n.º 14.268, de 22 de dezembro de 2003, que institui indenização por morte ou invalidez de integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e das



carreiras de Agente Penitenciário e de Agente de Execução. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Só falando para vocês mais uma vez. Aqui na nossa Procuradoria. Sempre vamos ao mercado e compramos um sabonete a mais, um absorvente, um creme dental, então, o que vocês tiverem em casa, por favor, estamos precisando com urgência. Aqui na nossa Procuradoria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Anibelli, seu voto. Deputado Cobra.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero registrar meu voto “não” no Item 8.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Item 8?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso. Que foi o anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou registrar em Ata, Deputado. Deputado Anibelli, ainda pendente o voto. Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Del. Jacovós, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus**



Vermelho, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (11 Deputados).]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 156/2024.**

Os Itens 12 a 23 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas, idênticas.

ITEM 12– 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 561/2023, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Zoe para defesa da cidadania, inclusão social, esporte, saúde, educação e ambiente. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13– 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 935/2023, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Pró-Restinga, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 14– 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1051/2023, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Programa Oeste em Desenvolvimento, com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 15– 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 161/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esportiva e Recreativa Seleto, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 16– 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 166/2024, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, no município de Jesuítas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 17– 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 167/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública Ao Centro Terapêutico Hadash, com sede no município de Bocaiuva do Sul. Parecer favorável da CCJ.



ITEM 18- 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 168/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública ao Centro de Assistência Social Esperança – Case, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 19- 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 173/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Amigos da Maria Fernanda, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 20- 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 176/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esportiva Independente de Moutain Bike de Manoel Ribas - PR, com sede no município de Manoel Ribas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 21- 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 195/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Defesa dos Animais de São João - SOS Animais, com sede no município de São João. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 22- 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 234/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Handebol de Mariluz- AHM, com sede no município de Mariluz. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 23- 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 255/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Nadar Colombo, com sede no município de Colombo Paraná. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Adoro esse “correlatas”! Vamos “sim” todo mundo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Hussein, como afirmava um Vereador lá do Interior, são palavras inoxidáveis.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Isso aí. A situação está irreversível.



SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Alexandre, para um aviso importante.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Apenas para convidar os Deputados para amanhã, às 10h30, assinatura do Termo de Cooperação entre a Assembleia Legislativa e o Colégio Notarial do Brasil, que visa impulsionar, no âmbito do Estado do Paraná, o sistema de autorização eletrônica de doação de órgãos. Estava marcado inicialmente às 9h30, mas alteramos para as 10h30 com o Colégio Notarial do Brasil, aqui no nosso Plenarinho. Quero convidar todos os Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre, Cantora Mara Lima, Luís Corti, Romanelli, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos de Lei.**

ITEM 24– 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 266/2024, de autoria dos Deputados Cantora Mara Lima, Tercílio Turini, Maria Victoria e Marcia Huçulak, que institui o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Junho Roxo, mês dedicado à conscientização e à prevenção do Lipedema. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Dá para repetir, Sr. Presidente? Não entendi direito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência tem o tempo necessário para olhar o Projeto e fazer a leitura. Se Vossa Excelência não conhece o Projeto antecipadamente, não questione o Presidente.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Não precisava disso também, não é, Sr. Presidente!

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Agora o Cobra vai fumar, hein!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mais algum questionamento, Deputado Cobra? Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (35 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 266/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)



REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1364/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 793/2023 ao Projeto de Lei n.º 647/2021, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**
o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1369/2024, do Deputado Ademar Traino, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Sessão Ordinária. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**
o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1358/2024, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de menção honrosa à Associação Comercial de Marialva - Acima, pela comemoração de 40 anos de história; **Requerimento n.º 1359/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, reiterando o pedido para a inclusão de produtos destinados à alimentação de animais de estimação na análise governamental para a exclusão de itens do sistema de Substituição Tributária - ST; **Requerimento n.º 1360/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná - SEIL, em especial ao Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva, Diretor-Presidente dos Portos do Paraná e da APPA, para que sejam prestadas informações acerca dos frequentes atrasos nos procedimentos de carga e descarga do Porto de Paranaguá, ocasionando inúmeros prejuízos aos caminhoneiros e trabalhadores rurais; **Requerimento n.º 1361/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de expediente ao Sr. Hélio Gomes da Silva Júnior, Superintendente Regional do DNIT/PR, conforme especifica; **Requerimento n.º 1362/2024**, do Deputado Cobra Repórter,



solicitando o envio de menção honrosa ao eminente médico Dr. Antônio Plácido Peixoto do Amarante Neto, renomado oncologista paranaense, em reconhecimento à sua distinta contribuição para o avanço da Saúde Pública do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1363/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde, Instituto Água e Terra, Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, em reconhecimento às suas contribuições significativas para a preservação e conservação ambiental no Estado do Paraná, celebrando o Dia Mundial do Meio Ambiente; **Requerimento n.º 1368/2024**, do Deputado Do Carmo, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Ibirapuera - APASI, pelos 18 anos de serviços prestados à comunidade ibiporáense; **Requerimento n.º 1370/2024**, do Deputado Bazana, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo a implantação de uma quadra coberta com adaptações dentro dos parâmetros, incluindo acessibilidade, para o atendimento aos alunos do Colégio Estadual Paula Gomes do município de Curitiba; **Requerimento n.º 1371/2024**, do Deputado Do Carmo, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Pedro Henrique Canezin - Perito Criminal Oficial do Paraná, pela criação da Obra Criminalística para Concursos; **Requerimentos n.ºs 1372, 1373 e 1374/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Mauá da Serra; Santa Helena, 57 anos; e Corumbataí do Sul, 37 anos; **Requerimento n.º 1375/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao DER/PR, requerendo análise de viabilidade e providências para um projeto de acostamento na PR-281, no trecho que corresponde ao município de Tijucas do Sul; **Requerimento n.º 1377/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente para o Sr. Governador do Estado do Paraná, conforme específica; **Requerimento n.º 1378/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio e votos de congratulações com menção honrosa à Santa Casa



de Maringá, em comemoração aos 70 anos da instituição; **Requerimentos n.ºs 1379 e 1380/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ministério Público do Paraná, encaminhando solicitação: pedindo providências para abertura do Hospital do Coração do município de Apucarana; de auxílio a 10 famílias em um Processo de Desocupação, Autos de Número 008268-88.2015.8.16.0004; **Requerimentos n.ºs 1381, 1382 e 1384/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo: providências para a instalação de lombada na Rua Pedro Gusso, próximo à Escola Dirce Celestino do Amaral, no Bairro Cidade Industrial de Curitiba - CIC; a construção de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na região do Bairro Mossunguê; e a instalação de Lombada na Rua João Dembinski, na altura do número 1554, na cidade Industrial de Curitiba-CIC; **Requerimento n.º 1383/2024**, dos Deputados Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Maria Victória, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Delegado Jacovós, Delegado Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Doutor Antenor, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho e Samuel Dantas, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Chefes de Gabinetes, em representação de todos os Assessores Parlamentares, pela celebração do Dia do Assessor Parlamentar; **Requerimento n.º 1385/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao Representante Distrital de Rotaract, Rafael Gustavo Noguti Cardoso, e equipe diretiva do Rotaract 2023-24 do Distrito 4730 de Rotary International, conforme específica; **Requerimento n.º 1386/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Edilson Ferreira da Silva, ocorrido no dia 21 de maio, nesta capital; **Requerimento n.º 1389/2024**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Rádio Cianorte FM (CIA FM 95,9), por 35 anos de atividade; **Requerimento n.º 1390/2024**, do Deputado Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do Deppen, Sr. Reginaldo Peixoto, e ao



Diretor do Complexo Médico Penal, Sr. Edvaldo Willis de Carvalho, a fim de fomentar a efetiva implementação da Resolução n.º 487 do CNJ, pessoas em situação Asilar.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1367/2024, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Do Carmo, requerendo a inclusão do Deputado Do Carmo na coautoria do Projeto de Lei n.º 314/2024; **Requerimento n.º 1387/2024**, do Deputado Tercílio Turini, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 449/2023, de sua autoria.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1376/2024, dos Deputados Arilson Chiorato e Professor Lemos, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 3 de junho de 2024, para apresentação sobre os “80 anos do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná”.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1356/2024**, do Deputado Do Carmo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 e 14 de maio de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1357/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20 e 21 de maio de 2024; **Requerimento n.º 1366/2024**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior



devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1365/2024**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 20 de maio de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1388/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de maio de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, terça-feira, dia 28 de maio de 2024, à hora regimental, **Audiência Pública da Secretaria de Estado da Fazenda** para apresentação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h04, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)